

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 093/2025
Data: 11/07/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NOVA TARIFA DE TRUMP AO BRASIL AMEAÇA O PORTO DE SANTOS, QUE JÁ EXPORTOU R\$ 12,8 BILHÕES AOS EUA; ENTENDA A LEI DOS PORTOS: COMISSÃO É INSTALADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
TRUMP PODE AMARGAR A ROTA HISTÓRICA E MILIONÁRIA DO AÇÚCAR DO NE PARA OS EUA	8
SANÇÕES DE TRUMP AO BRASIL PODEM AFETAR CONTRATOS INTERNACIONAIS	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	12
SERVIDORES REALIZAM FISCALIZAÇÃO NA TRAVESSIA INTERNACIONAL QUE LIGA O BRASIL À GUIANA FRANCESA	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	13
PORTO DO PECÉM FECHA PRIMEIRO SEMESTRE COM ALTA DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES	13
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM PORTOS É A MAIOR DA HISTÓRIA	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA ESTADOS COM ENVIO PONTUAL DE DADOS AO NOVO SISTEMA DO PNATRANS	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – A RESPOSTA DE LULA.....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Novos guindastes</i>	17
<i>Capacidade</i>	18
<i>Desempenho</i>	18
<i>Sustentabilidade</i>	18
<i>Início de vazante</i>	18
NACIONAL - LULA CRITICA TARIFA DE TRUMP E DEFENDE AUTONOMIA COMERCIAL DO BRICS	18
NACIONAL - GOVERNO ZERA IPI PARA CARROS SUSTENTÁVEIS PRODUZIDOS NO BRASIL	20
NACIONAL - ALCKMIN DIZ QUE NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO É EXEMPLO PARA O MUNDO EM ANO DA COP30.....	21
NACIONAL - ANAC PREMIA AEROPORTOS COM MELHORES PRÁTICAS AMBIENTAIS	22
NACIONAL - BRASIL AMPLIA PRODUÇÃO E CAMINHA PARA SAFRA RECORDE DE GRÃOS.....	24
NACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS BATE RECORDE HISTÓRICO.....	25
REGIÃO SUDESTE - NAVIOS DA MARINHA ATRACAM EM SANTOS E ABREM VISITAÇÃO AO PÚBLICO.....	26
REGIÃO NORTE - SUPER TERMINAIS RECEBERÁ TRÊS NOVOS GUINDASTES ELÉTRICOS EM 2026	27
JORNAL DA ORLA - SP	27
INSTALAÇÃO DO VTMS AGILIZARÁ AS MANOBRAS DE NAVIOS	27
JORNAL O GLOBO – RJ	28
TRUMP DIZ QUE PODE CONVERSAR COM O BRASIL 'EM ALGUM MOMENTO'.....	28
CHINA CRITICA TARIFAÇO DE TRUMP AO BRASIL: 'EUA NÃO PODEM USAR TARIFAS COMO FERRAMENTA DE COERÇÃO'.....	29
TARCÍSIO SE REÚNE COM ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA APÓS TARIFAÇO DE TRUMP: 'É PRECISO NEGOCIAR'.....	30
'NA DISPUTA COM TRUMP, LULA ESTÁ MAIS BEM POSICIONADO', DIZ EX-EMBAIXADOR DOS EUA NO BRASIL	31
GOVERNO FINALIZA MEDIDA PROVISÓRIA DO SETOR ELÉTRICO COM TETO PARA SUBSÍDIOS QUE ENCARECEM CONTA DE LUZ	33
LULA TEM 3 SEMANAS PARA SE EQUILIBRAR ENTRE MODERAÇÃO E RETÓRICA ANTI-IMPEARLISTA	35
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
O GOVERNO CRIOU UM 'PUDIM DE INSEGURANÇA JURÍDICA' COM O IOF, DIZ A DUQUESA DE TAX.....	36
NEGOCIAÇÃO PELA BRASKEM PÔE NO RADAR VIABILIDADE DE FÁBRICA EM ALAGOAS.....	37
EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS PARA OS EUA BATEM RECORDE DE US\$ 16 BI NO PRIMEIRO SEMESTRE	38
CHINA CRITICA TARIFAÇO DE TRUMP CONTRA BRASIL, CITA CARTA DA ONU E FALA EM 'COERÇÃO' E 'INTIMIDAÇÃO'	39
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALUMÍNIO PARA EUA DESABA 47% NO ANO E PODE PIORAR COM NOVA TARIFA DE TRUMP	40
TARCÍSIO SE REÚNE COM CHEFE DA EMBAIXADA DOS EUA SOBRE TARIFA: 'RESPONSABILIDADE É DE QUEM GOVERNA'	42
VALOR ECONÔMICO (SP)	44
TARIFA DE 50% "INVIABILIZA" R\$ 14,4 BI EM EXPORTAÇÕES DE ESTADOS "ONÇAS BRASILEIRAS", DIZ ESTUDO	44
AGÊNCIA BRASIL - DF	45
LULA: GOVERNO VAI RECORRER À OMC CONTRA TARIFAS DOS ESTADOS UNIDOS.....	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 093/2025
Página 3 de 54
Data: 11/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

TARIFAÇO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO PEDEM MAIS DIPLOMACIA E MENOS IDEOLOGIA	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS	49
AEB ESPERA QUE DIPLOMACIA LEVE À SUPERAÇÃO DE IMPASSE ENTRE BRASIL E EUA	49
REBOCADOR ELÉTRICO 'TRAPANANDA' INICIA OPERAÇÕES NO CHILE	50
COMISSÃO ESPECIAL DA NOVA LEI DOS PORTOS TERÁ AUDIÊNCIA DIA 6 DE AGOSTO.....	51
BTG VÊ RISCO BAIXO PARA ECONOMIA BRASILEIRA COM AUMENTO DE TARIFAS	52
SETOR PRODUTIVO E EXPORTADORES REAGEM A 'TARIFAÇO' DE TRUMP	53
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	54
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NOVA TARIFA DE TRUMP AO BRASIL AMEAÇA O PORTO DE SANTOS, QUE JÁ EXPORTOU R\$ 12,8 BILHÕES AOS EUA; ENTENDA

Tarifa de 50% anunciada pelo governo americano ameaça exportações, impacta transportes terrestres e coloca em risco até 2,8 mil empregos diretos e indiretos ligados ao cais santista
Por Bárbara Farias 11 de julho de 2025



Taxas impostas por Trump representam risco ao Porto de Santos (Vanessa Rodrigues/AT)

A taxação de 50% anunciada pelos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros deve impactar negativamente as exportações a partir de 1º de agosto, data prevista para a medida entrar em vigor. Desde já, essa possibilidade de recuo no envio de mercadorias ao mercado americano acende o sinal de alerta no Porto de Santos, que é o fiel da balança comercial nacional – escoia 30% do comércio internacional – e corre risco de perder cargas se não

houver solução para o impasse.

Em 2024, os EUA importaram mais de 8,1 milhões de toneladas via Porto de Santos, atingindo R\$ 12,8 bilhões. Isso equivale a 12,6% do total exportado pelo complexo portuário, colocando os americanos atrás apenas da China, que importou 42,4 milhões de toneladas (R\$ 26 bilhões e 25,5%). Os dados foram informados pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

Segundo a APS, os cinco principais produtos exportados aos EUA no ano passado foram café em grãos, óleos brutos de petróleo, suco de laranja, máquinas e implementos e carnes bovinas.

“Não há dúvidas de que a tarifa impactará o Brasil e forçará uma reorganização das relações com outros parceiros comerciais. Neste sentido, a Autoridade Portuária de Santos está preparada para atender a eventuais mudanças no perfil das movimentações”, informou a APS, em nota à Reportagem.

Balança

A gestora do principal porto brasileiro mencionou ainda que, incluindo os seis primeiros meses de 2025, tem prevalecido um superávit a favor dos americanos. “Se considerarmos os últimos 16 anos, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a vantagem comercial chega a US\$ 90 bilhões a favor dos EUA. Assim, esperamos que eles não concretizem a ameaça (de tarifação de 50%), inclusive porque sairão perdendo”.

Perdas

Segundo o advogado Emanuel Pessoa, doutor em Direito Econômico e professor da China Foreign Affairs University, cerca de 35% das exportações brasileiras destinadas aos EUA — estimadas em US\$ 38 bilhões (2024) — passaram pelo Porto de Santos.

“Isso representa aproximadamente US\$ 13,3 bilhões em mercadorias. Com a possível alta tarifária, projeta-se uma queda de até 25% nesse volume, o que resultaria em uma redução de cerca de US\$ 3,3 bilhões no fluxo de exportações via Santos até dezembro”, analisou.

“Essa desaceleração prejudicará a arrecadação do Porto. Considerando uma receita média de 0,8% sobre o valor das cargas exportadas, o impacto direto na receita portuária pode ultrapassar US\$ 26 milhões — o equivalente a aproximadamente R\$ 145 milhões, na cotação atual”, complementou.

Os principais destinos das exportações embarcadas via Porto de Santos (A Tribuna)

Transporte terrestre

Também poderá haver recuo no transporte terrestre. “Com menos cargas partindo de estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, o volume de fretes com destino a Santos pode cair entre 10% e 18%. Isso afetará transportadoras, cooperativas agrícolas e caminhoneiros autônomos, especialmente nos corredores logísticos Santos-Campinas-Rondonópolis, que concentram grande parte da movimentação de produtos agroindustriais e frigorificados para exportação”, disse Pessoa.

O especialista afirmou também que em um cenário moderado, estima-se que até 800 empregos diretos possam ser afetados apenas no Porto de Santos, além de cerca de 2 mil postos de trabalho indiretos nas áreas de logística, segurança e serviços gerais.

Mercado teme impacto nas vendas

Os portos brasileiros movimentam 95% de tudo que é produzido no País. Dessa forma, a imposição de uma taxa de importação de 50% sobre os produtos nacionais pelos Estados Unidos impactará não só a cadeia de comércio exterior, mas as operações portuárias e a economia doméstica.

“Qualquer alteração em alíquotas de importações gera reflexos nas atividades de comércio exterior e com consequências nas atividades portuárias. Ainda não há dados suficientes para avaliar os impactos econômicos e sociais”, afirmou o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino.

Para o presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a medida é uma ameaça à economia do País. “É certamente uma das maiores taxações a que um país já foi submetido na história do comércio internacional, só aplicada aos piores inimigos, o que nunca foi o caso do Brasil”.



Suco de laranja é um dos produtos que pode ter a exportação altamente afetada pela tarifa dos EUA (Alexsander Ferraz/AT)

Castro receia que o anúncio dos EUA possa criar uma imagem negativa do Brasil, gerando medo em importadores de outros países ao fechar negócios. “Quem vai querer se indispor com o presidente Trump? Todavia, acreditamos que o bom senso prevalecerá e a taxação será revertida”.

O diretor de Comércio Exterior da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Brasil (Cisbra), Arno Gleisner, declarou que o setor está preocupado e perplexo. “O impacto direto nas exportações brasileiras para os EUA, se mantidas as tarifas de 50%, será grande. O mercado americano é o maior do mundo, uma grande diversidade de produtos importados. No caso do Brasil, serão afetados produtos como petróleo, café, carne, açúcar, celulose, sucos, frutas, semiacabados de aço, alumínio, aeronaves e peças”.

Gleisner disse também que o projeto Nearshoring, da Cisbra, que está em curso e busca ampliar negócios com parceiros comerciais próximos, poderia ser prejudicado pela nova taxação. “O projeto prevê um forte incremento das exportações brasileiras para os Estados Unidos”.

O executivo comentou ainda que a busca dos exportadores brasileiros por outros mercados já existe e faz parte da rotina, porém nenhum tem potencial, pelo tamanho e diversidade do mercado americano.

Tarifa do café brasileiro pode aumentar 400%

O Brasil é o principal fornecedor de café aos Estados Unidos. Em 2024, o País exportou 8,1 milhões de sacas para o país, 34% acima dos 6,1 milhões de sacas de 2023 e 16,1% de todas as exportações do produto no ano passado. Atualmente, a taxa de importação norte-americana é de 10%. Caso a taxa de 50% entre em vigor, a alta é de 400%.

Neste ano, no acumulado dos cinco primeiros meses, os EUA já importaram 2,9 milhões de sacas de café brasileiro, respondendo por 17,1% do total.

“É o país mais importante em termos de consumo de café, ao redor de 24 milhões de sacas, e o Brasil é o principal fornecedor nesse mercado, com mais de 30% do market share”, afirmou o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos.

Segundo ele, a entidade está fazendo uma agenda positiva junto à National Coffee Association, dos Estados Unidos. “É importante lembrar que o café gera muita riqueza nos Estados Unidos”.

O executivo destacou ainda que os EUA importam café e agregam valor na industrialização. “Para cada US\$ 1 de café importado, são gerados US\$ 43 na economia americana, 2,2 milhões de empregos e 1,2% do PIB norte-americano, uma vez que são gerados US\$ 300,1 bilhões na economia. Isso porque 76% dos norte-americanos tomam café, é a bebida mais consumida hoje no mercado”.

Por fim, Matos espera que o bom senso prevaleça e a previsibilidade de mercado, porque quem vai ser onerado é o consumidor norte-americano. “Tudo que gera impacto no consumo é ruim para o fluxo do comércio, para a indústria e ao desenvolvimento dos países produtores e consumidores. Portanto, estamos esperançosos de que nós tenhamos uma condição muito mais apropriada e adequada para o comércio de café do Brasil para os Estados Unidos”.

Ranking dos cinco produtos mais exportados para os EUA via Porto de Santos

1. - Café em grãos – US\$ 1,39 bilhão – 324,7 mil toneladas
2. - Óleos brutos de petróleo – US\$ 1,37 bilhão – 2,9 milhões de toneladas
3. - Suco de laranja – US\$ 1,03 bilhão – 1,68 milhão de toneladas
4. - Máquinas e implementos – US\$ 866,3 milhões – 91,4 mil toneladas
5. - Carnes bovinas – US\$ 824,5 milhões – 124 mil toneladas

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/07/2025

LEI DOS PORTOS: COMISSÃO É INSTALADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Grupo discutirá projeto para revisão da legislação portuária no País; trabalhos começam em agosto
Por Bárbara Farias 10 de julho de 2025



Projeto de Lei 733/2025 propõe a revisão da legislação de 2013 com objetivo de modernizar e desburocratizar o setor portuário, mas texto enfrenta resistência de trabalhadores (Sílvio Luiz/AT)

A comissão especial vai analisar e emitir um parecer ao Projeto de Lei (PL) 733/2025, que propõe a revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), foi instalada ontem na Câmara dos Deputados. O plano de trabalho será apresentado apenas na sessão do Legislativo de 6 de



agosto, por causa do recesso parlamentar (18 a 31 de julho).

O PL está sujeito à apreciação conclusiva dos membros da comissão. Ou seja, quando for aprovado pelo grupo pode seguir diretamente ao Senado, sem passar pelo plenário da Câmara. Só haverá votação em plenário se houver recurso apresentado por um décimo dos deputados (51 parlamentares) e aprovado na Casa.

Neste caso, aprovação do PL no Legislativo seria em único turno, pela maioria simples do plenário. Após passar pelas duas casas e ser sancionada pela Presidência da República, a matéria substituirá a lei atual de 2013.

Composição

Murilo Galdino (Republicanos-PB) foi eleito presidente da comissão e Arthur Maia (União-BA) ficou com a relatoria. Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), é um dos três vice-presidentes eleitos para o colegiado, ao lado de Daniela Reinehr (PL-SC) e Julio Lopes (PT-RJ), que também são membros da FPPA.

Assim como Barbosa, os outros dois deputados federais ligados à Baixada Santista também integram a comissão especial: Rosana Valle (PL) é uma das titulares do colegiado e Delegado Da Cunha (PP) ficou como um dos suplentes do grupo.

“Vamos ouvir, estudar e, acima de tudo, agir para fazer o sistema portuário uma referência para o Brasil e para o mundo”, declarou o presidente da comissão, Murilo Galdino.

Os trabalhos serão realizados em 40 sessões, contando com a de ontem. Os deputados, membros ou não da comissão, têm prazo de cinco sessões, após o recesso parlamentar, para apresentarem emendas ao PL.

Galdino esclareceu que as 491 emendas já apresentadas ao projeto na Comissão de Trabalho da Câmara “permanecem válidas e serão analisadas pela comissão”.

O relator, Arthur Maia, enfatizou que se trata de uma agenda positiva. “No sentido de, juntos, acharmos as melhores soluções para o desenvolvimento do Brasil”, lembrando que o presidente do colegiado determinará a ordem das audiências públicas após o recesso do Legislativo.

Ministro

Augusto Coutinho (Republicanos-PE) propôs que a comissão convide o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para as audiências públicas. “Ele está atento a essa questão. Nesse projeto, nós precisamos enfrentar pontos importantes como a relação do trabalho e a desburocratização do sistema”.

A proposta

O PL 733/2025 é de autoria de Leur Lomanto Júnior (União-BA) e replica o anteprojeto da comissão de juristas constituída pela Câmara Federal em 2024, que sugeriu a nova Lei dos Portos (Ceportos).

O texto propõe licenciamento ambiental integrado dos portos públicos, dispensando licenças individualizadas para terminais portuários e de cruzeiros; livre negociação de tarifas portuárias, respeitando normas concorrenciais; e o fim da exclusividade do trabalhador portuário avulso, liberando operadores privados para contratarem trabalhadores certificados.

Outras mudanças sugeridas são a transferência de poderes da União à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), como concessão de portos privados e regulação de terminais retroportuários, prorrogação de contratos de arrendamento vigentes por até 70 anos e Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) deliberativos.

NOMES INDICADOS

Presidente

Murilo Galdino (Republicanos-PB)

1º vice-presidente

Daniela Reinehr (PL-SC)

2º vice-presidente

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

3º vice-presidente

Julio Lopes (PT-RJ)

Titulares

■ Adriana Ventura (Novo- SP)

■ Ana Paula Lima (PT-SC)

■ Arthur Maia (União-BA)

■ Caroline de Toni (PL-SC)

■ Claudio Cajado (PP-BA)

■ Daniela Reinehr (PL-SC)

■ Gabriel Nunes (PSD - BA)

■ Helder Salomão (PT-ES)

■ Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL)

■ Julio Lopes (PT-RJ)

■ Leônidas Cristino (PDT - CE)

■ Leur Lomanto Jr. (União-BA)

■ Luis Tibé (Avante - MG)

■ Murilo Galdino (Republicanos-PB)

■ Paulo A. Barbosa (PSDB-SP)

■ Pedro Campos (PSB-PE)

■ Rodrigo Gambale (Pode-SP)

■ Rosana Valle (PL-SP)

■ Tadeu Veneri (PT-PR)

Suplentes

■ Augusto Coutinho (Republicanos-PE)

■ Beto Pereira (PSDB - MS)

■ Carlos Zarattini (PT - SP)

■ Delegado Da Cunha (PP-SP)

■ Dr. Victor Linhalis (Pode-ES)

■ Felipe Francischin (União-PR)

■ General Eduardo Pazuello (PL - RJ)

■ Gutemberg Reis (MDB - RJ)

■ João Carlos Bacelar (PL-BA)

■ Leonardo Prates (PDT - BA)

■ Alexandre Lindenmeyer (PT - RS)

■ Luiz Gastão (PSD - CE)

■ Paulo Magalhães (PSD - BA)

■ Pedro Uczai (PT - SC)

■ Ricardo Abrão (União-RJ)

■ Tião Medeiros (PP - PR)

■ Waldemar Oliveira (Avante - PE)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TRUMP PODE AMARGAR A ROTA HISTÓRICA E MILIONÁRIA DO AÇÚCAR DO NE PARA OS EUA

Setor sucroalcooleiro nordestino estima perdas de US\$ 90 milhões com tarifa de 50% dos EUA. Rota histórica de exportação do açúcar pode ser comprometida, afetando cadeia produtiva que gera 250 mil empregos na região

De Recife Paulo Goethe - paulo.goethe@movimentoeconomico.com.br



Ensacado e, principalmente, a granel, o açúcar nordestino segue para os Estados Unidos e outros países. Foto: Reprodução/Porto do Recife

Representantes do setor sucroalcooleiro nordestino realizaram uma reunião de emergência na manhã de quinta-feira (10) para tratar das consequências da nova tarifa de importação de açúcar anunciada pelos Estados Unidos. A medida, que poderá chegar a 50%, ameaça inviabilizar o escoamento de parte da produção do Nordeste, comprometendo embarques históricos a partir dos portos de Recife (PE) e Maceió (AL) e gerando perdas estimadas em

US\$ 90 milhões por ano-safra. A nova situação foi classificada como um “baque” para o trade açucareiro, que sozinho responde por cerca de 6% das exportações da região.

A articulação envolveu entidades como a Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio), a Bioenergia Brasil e a Frente Parlamentar Agropecuária. O encontro marcou o início de uma mobilização institucional que deve incluir reuniões com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, além do chanceler Mauro Vieira.

Além dessas autoridades, o setor também prevê tratativas com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que já sinalizou interesse em participar das articulações voltadas à defesa da cadeia sucroenergética brasileira no cenário internacional.

Volume de açúcar representa quase 6% das exportações nordestinas

O Nordeste, onde a indústria da cana-de-açúcar gera mais de 250 mil empregos diretos e indiretos, seria o principal afetado pelo tarifaço norte-americano de 50%, que ameaça comprometer a estabilidade de uma cadeia produtiva fortemente regionalizada.

A produção de açúcar no Nordeste gira em torno de 3,75 milhões de toneladas por safra. A cota norte-americana destinada ao Brasil é de 150 mil toneladas, das quais a totalidade é fornecida pela região. Esse volume representa 4% da produção e 5,88% das exportações nordestinas. Embora pequena em percentual, a cota garante receita significativa e regularidade operacional às usinas envolvidas.

Os montantes derivam de um acordo entre os países e são uma forma de trazer mais previsibilidade aos produtores do Norte-Nordeste. O rateio segue regras previamente impostas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e, desta forma, 37 usinas puderam se beneficiar da medida em 2024.

O presidente executivo da NovaBio e do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, observa que “esse volume exportado gera cerca de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões por ano-safra, período entre 1º de outubro a 30 de setembro do ano posterior. É uma operação trabalhosa, mas vital”. Ele também ressalta que, apesar da eficiência brasileira, “a maior cota é da República Dominicana, país com capacidade de produção inferior à brasileira”.

Segundo Renato Cunha, que possui mais de 40 anos de atuação no setor, a elevação tarifária anunciada por Donald Trump não tem fundamento técnico. Para ele, trata-se de uma reação política a recentes tensões diplomáticas. “Essa carta entre Trump e Lula tem um teor absolutamente político. Não há base técnica para esse tipo de medida, até porque os Estados Unidos são superavitários na balança comercial com o Brasil”, afirmou.



Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, Renato Cunha acredita numa solução baseada em aspectos técnicos, que atenda aos interesses dos dois países. Foto: Paulo Almeida/Folha de Pernambuco/Arquivo

Rota histórica em risco entre Nordeste e Flórida

A exportação de açúcar a granel para os Estados Unidos a partir do Nordeste é uma operação consolidada desde os anos 1960, com base em cotas anuais estabelecidas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Essas cotas são distribuídas pelo governo brasileiro com base na Lei nº 9.362/1996, que garante prioridade ao Norte e ao Nordeste por critérios socioeconômicos.

A logística da operação exige uma cadeia integrada, com navios adaptados para transporte a granel e divisão da carga entre diversas usinas. A performance das exportações ocorre apenas a partir dos portos de Recife e Maceió, que operam rotas com destino a refinarias na Flórida, principalmente ao terminal de Savannah.

Essa ligação comercial envolve percursos de mais de 6 mil quilômetros por via marítima e dura, em média, dez dias de viagem. Trata-se de uma conexão regular e estratégica que abastece o mercado norte-americano com açúcar cru destinado à refinação de acordo com o perfil de consumo local.



Setor teme substituição por países menos eficientes

Mesmo sendo o segundo maior fornecedor da cota, o Brasil é historicamente convocado pelos Estados Unidos para suprir falhas de fornecimento de outros países. Segundo Cunha, a performance brasileira é reconhecida por sua confiabilidade e capacidade logística. “Com essa medida, os Estados Unidos correm o risco de trocar o certo pelo duvidoso. Países com menor capacidade de entrega poderão ocupar nosso espaço, mas dificilmente com a mesma regularidade e qualidade”, alertou.

Para o dirigente, a imposição da tarifa configura uma quebra da previsibilidade que sempre marcou a relação comercial entre os dois países. “É praticamente um rompimento tácito de contrato. O modelo atual envolve compradores definidos, logística eficiente e previsibilidade. A mudança abrupta afeta diretamente esse fluxo”, avaliou.

Relação técnica entre os países permanece ativa

Apesar da tensão política, Cunha afirmou que os canais técnicos seguem abertos. Em setembro de 2023, representantes de Pernambuco e Alagoas foram recebidos em Washington pelo USDA e pelo Departamento de Comércio Exterior (SDA), com retorno positivo.

Além disso, missões técnicas norte-americanas visitam regularmente as usinas da Mata Norte e da Mata Sul em Pernambuco. “A relação entre os técnicos do Itamaraty e dos órgãos norte-americanos sempre foi construtiva. Por isso acreditamos que ainda há margem para negociação, desde que prevaleça a sensatez no alto escalão”, disse.

Etanol também sob pressão com desequilíbrio tarifário

Além do açúcar, o setor também acompanha com preocupação o cenário tarifário do etanol. Atualmente, o etanol brasileiro enfrenta tarifa de 10% ao entrar nos Estados Unidos, enquanto o produto norte-americano (especialmente o de milho) entra no Brasil com alíquota de 18%. A diferença impacta a competitividade do produto nacional. Cunha afirma que “as distribuidoras que importam o etanol norte-americano deixam de comprar o produto nacional. Isso afeta o fluxo de caixa das usinas e pressiona o mercado interno”.

Além da diferença tarifária, Cunha apontou que o modelo de importação do etanol norte-americano compromete diretamente o fluxo de caixa das usinas brasileiras. Segundo ele, as distribuidoras que importam etanol de milho costumam negociar com prazos longos e travas cambiais feitas nas bolsas, mas quando o produto chega ao Brasil, é vendido à vista, competindo com o produto das usinas locais. “A distribuidora que importa passa a se autoabastecer. Deixa de comprar o etanol que está sendo moído aqui, e isso estrangula financeiramente a operação do produtor brasileiro”, disse.

Empresariado teme escalada tarifária e desgaste institucional

O dirigente também destacou que a pressão tarifária sobre o açúcar é apenas uma entre várias enfrentadas por cadeias produtivas brasileiras em diferentes estados. Segundo Cunha, “há um acúmulo de desgastes que envolve setores como o aço e o alumínio no Ceará, frutas no Vale do São Francisco, minério em Minas, químicos em São Paulo e combustíveis no Centro-Oeste”. Para ele, o atual momento exige coordenação institucional, pois “a palavra tarifa hoje é repugnante para o empresário nacional”.

No campo institucional, Renato Cunha afirmou que o nome do vice-presidente Geraldo Alckmin surgiu de forma natural como interlocutor junto ao governo norte-americano. Segundo ele, Alckmin reúne o perfil de moderação necessário para “distensionar” o ambiente entre os países. “O caminho é pelo ministro da Indústria e Comércio. É uma pessoa calma, que pode recompor o diálogo no alto nível”, afirmou. Ele acrescentou que o setor aguarda também definição de agenda com o chanceler Mauro Vieira.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/07/2025

SANÇÕES DE TRUMP AO BRASIL PODEM AFETAR CONTRATOS INTERNACIONAIS

Tributarista alerta para possíveis judicializações e renegociações de cláusulas após anúncio de sanções do governo americano

De Alagoas **Vanessa Siqueira** - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Sanções comerciais anunciadas por Trump são vistas com surpresa e geram expectativa entre juristas brasileiros. Foto: Daniel Torok/White House

A carta enviada na quarta-feira (9) pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao governo brasileiro anunciando sanções comerciais, já começa a gerar expectativa sobre os desdobramentos jurídicos nas transações comerciais entre os dois países. Caso o anúncio não seja revogado até 1º de agosto, empresas brasileiras podem enfrentar impactos contratuais e ter que recorrer ao Judiciário.

Segundo a advogada tributarista Andrea Feitosa, sócia do Martorelli Advogados, o anúncio do governo norte-americano pegou o mercado de surpresa, já que Brasil e Estados Unidos possuem uma histórica parceria comercial.

No campo tributário, o momento é de observar os desdobramentos até o dia 1º de agosto, data prevista para início da vigência da taxação de 50% aos produtos brasileiros.

“Neste momento, não devemos ter judicializações, nem impactos em incentivos fiscais, mas caso o governo americano não revogue as medidas e elas entrem em vigor na data prevista, teremos busca por direitos e as empresas podem tentar renegociar cláusulas contratuais com base nessa sanção”, alertou.

As medidas, segundo a especialista, trazem impactos diretos para setores estratégicos como o agronegócio e o setor sucroalcooleiro, mas também pode gerar prejuízos aos trabalhadores destes segmentos, que com o fim das parcerias comerciais, podem perder seus empregos.

Andrea também observa que as medidas anunciadas possuem tom mais político do que econômico, já que o presidente Donald Trump cita na carta a decisão como forma de represália ao governo brasileiro em detrimento às decisões da Justiça sobre a atuação das big techs americanas.



Especialista orienta que empresas devem buscar proteção jurídica diante do novo cenário com sanções internacionais. Foto: Assessoria

“Há uma expectativa no mercado que o presidente americano possa voltar atrás da decisão, assim como fez com as medidas que anunciou no início do seu governo. Mas me parece que há uma tentativa de ingerência sobre um estado soberano. O Brasil é uma democracia e não temos elementos econômicos que justifiquem tal medida, a não ser esse tensionamento político entre esquerda e direita”, avaliou.

Na correspondência, Trump justifica a decisão como resposta a uma suposta perseguição ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a quem se referiu como alvo de uma “caça às bruxas”. O republicano também criticou o Supremo Tribunal Federal, acusando a Corte de atuar com ordens judiciais “ilegais e secretas” contra empresas americanas de tecnologia e comunicação. Segundo Trump, a tarifa adicional visa proteger os interesses dos Estados Unidos frente ao que classificou como “ataques insidiosos” ao sistema democrático e às liberdades individuais.

A tarifa de 50 % será aplicada acima dos encargos já existentes, como as taxas sobre aço e alumínio, e poderá ser estendida a outros setores, caso haja retaliação por parte do governo brasileiro. Trump afirmou que o Brasil poderá escapar da taxa se empresas nacionais optarem por fabricar seus produtos em território americano

Diplomacia e pressão empresarial podem pesar para sanções

Do ponto de vista institucional, Andrea acredita que o governo brasileiro precisa acionar canais diplomáticos e buscar interlocução com os Estados Unidos para tentar reverter ou mitigar os efeitos da medida. Ao mesmo tempo, ela avalia que empresários norte-americanos também podem exercer pressão sobre o governo Trump, já que vendem diversos insumos ao Brasil.

“O Brasil exporta muito para os Estados Unidos, mas também compra muitos insumos e os empresários americanos também não querem ter prejuízo sobre seus negócios. Acredito que haverá pressões dos setores estratégicos no Brasil e nos EUA para reverter este cenário que é totalmente inesperado. Vai depender muito das decisões tomadas até agosto para sabermos os reais impactos jurídicos nos negócios entre os dois países”, afirmou.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

SERVIDORES REALIZAM FISCALIZAÇÃO NA TRAVESSIA INTERNACIONAL QUE LIGA O BRASIL À GUIANA FRANCESA

Foram feitas diversas ações, entre o Oiapoque (AP) e Saint – Georges para garantir o serviço adequado



Brasília, 11/07/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, de terça-feira (08) a quinta-feira (10), fiscalização na travessia internacional entre Oiapoque (AP) e Saint – Georges, cidade a 200 km da capital da Guiana Francesa, Caiena.

Foram feitas averiguações e vistorias na prestação do serviço da travessia e nas documentações das embarcações e condutores. Todas as irregularidades encontradas foram regularizadas no

período da ação.

Entre as inconformidades encontradas pelos fiscais, estavam: documentação incompleta (da embarcação e do condutor), ausência de adesivos nas catraias com informações importantes relacionadas ao transporte e falta de bilhetes para serem entregues aos passageiros no ato da compra.

“Essa travessia é fundamental. Passageiros e cargas são transportados. Muitos alunos brasileiros utilizam esse serviço para estudar na França. Então, a atuação da ANTAQ no Oiapoque é, socialmente, muito importante para garantir a prestação do serviço adequado”, ressaltou o chefe da Unidade Regional de Santana, Renan Santos, que liderou os trabalhos.

Além disso, ele ainda afirmou que essas fiscalizações frequentes resolvem diversas irregularidades de forma célere, efetiva e sem a necessidade de processos administrativos, gerando economia para o usuário.

Os fiscais da Agência, ainda, esclareceram dúvidas dos profissionais da região e destacaram a importância de se prestar um serviço regular e autorizado para a comunidade local. Essa é a terceira missão que acontece no Oiapoque em 2025.

Atualmente, existem sessenta empresas autorizadas pela ANTAQ para realizar esse transporte internacional no município, com, aproximadamente, setenta embarcações. Em 2024, a Agência montou uma força-tarefa que regularizou a maior parte das empresas de transporte aquaviário na região, oferecendo mais segurança e um serviço com mais qualidade para os passageiros.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/07/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PORTO DO PECÉM FECHA PRIMEIRO SEMESTRE COM ALTA DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES



Terminal cearense registrou crescimento de 10% em relação ao mesmo período de 2024

Porto do Pecém bate recorde no primeiro semestre, com um aumento de 38% na movimentação de contêineres - Foto: Vosmar Rosa

O Terminal Portuário do Pecém, no Ceará, encerrou o primeiro semestre de 2025 com resultados positivos. No período, foram movimentadas 9,9 milhões de toneladas, um crescimento de 10% em relação ao mesmo período de 2024. O destaque ficou também com

a movimentação de contêineres, que cresceu 38%, alcançando 3,9 milhões de toneladas.

Dados do Complexo indicam que, no primeiro semestre, os embarques somaram 3,7 milhões de toneladas, registrando um avanço de 11,6%. Já os desembarques chegaram a 5,9 milhões de toneladas, com alta de 6,9%.

Além disso, as cargas de longo curso tiveram crescimento expressivo, com aumento de 24% no volume transportado e um salto de 183% na movimentação de contêineres nesse segmento.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o desempenho está alinhado às diretrizes do Governo Federal para fortalecer a infraestrutura portuária, com foco na modernização dos terminais, atração de investimentos e ampliação da competitividade nacional. “O crescimento do Porto do Pecém demonstra o acerto da política portuária nacional, que tem como prioridade integrar os portos à cadeia de desenvolvimento regional e ao comércio exterior. Estamos comprometidos com uma logística mais eficiente, moderna e sustentável”, afirmou.

Com infraestrutura moderna e capacidade para movimentar diferentes tipos de carga, o porto desempenha papel central no escoamento da produção regional. No primeiro semestre de 2025, os

tipos de carga com maior participação foram o granel sólido, com (43%), carga solta (42%) e containerizada (15%), o que reflete a diversificação das operações e o fortalecimento das exportações e importações.

Sobre o porto

Localizado no município de São Gonçalo do Amarante (CE), o Porto do Pecém é um hub logístico estratégico no Nordeste, conectado a sete linhas de cabotagem e quatro rotas de longo curso que ligam o Brasil a mercados das Américas, Europa e Ásia.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/07/2025

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM PORTOS É A MAIOR DA HISTÓRIA

Volume transportado entre janeiro e maio chega a 532 milhões de toneladas e ultrapassa recorde anterior para o período



Movimentação de carga em portos é a maior da história - Foto: Porto de Rio Grande (RS)

O volume de carga movimentada pelos portos brasileiros nos cinco primeiros meses do ano é o maior registrado na história. Dados do Estatístico Aquaviário da Antaq apontam que a movimentação de cargas entre janeiro e maio foi de 532 milhões de toneladas, número que supera em 0,8% o registrado no mesmo período de 2024, até então o maior volume já

movimentado pelos portos brasileiros.

O recorde foi comemorado pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que vê nas estatísticas o resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal. “O crescimento da movimentação nos portos é reflexo das políticas públicas e do crescimento da economia. Temos adotado medidas para ampliar ainda mais a capacidade de nossos portos e descentralizar a movimentação, promovendo o desenvolvimento socioeconômico em todas as regiões do país.”

Para o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o crescimento está relacionado também ao aumento da produção agropecuária neste período do ano. “O forte da safra agrícola ocorre no segundo semestre, mas desde o ano passado temos percebido um crescimento da carga no início do ano”, disse.

De acordo com os dados da Antaq, houve recorde de movimentação de carga pelo terceiro mês consecutivo. Os números registrados em maio — 118,4 milhões de toneladas — foram os melhores da história para o mês e 7% superiores aos de 2024. Entre os portos públicos, o destaque foi o crescimento da movimentação no Porto de Rio Grande (RS), com aumento de 47% no volume de carga. A explicação, neste caso, é a redução das operações no ano passado, provocada pelas enchentes que impactaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Outro ponto que chama a atenção no Estatístico Aquaviário da Antaq é o consistente aumento do transporte de contêineres pelos portos brasileiros. Ao longo de todo o ano de 2024, a carga containerizada superou em 20% a movimentação do ano anterior. Os números dos cinco primeiros meses de 2025 já são 7% superiores aos do mesmo período do ano passado.

Leilões – De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, os registros constantes na movimentação de carga estão sendo acompanhados por outras medidas que ampliam a capacidade dos portos brasileiros. Está previsto ainda para este ano o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos — Tecon Santos 10 — que irá ampliar em 50% a capacidade do maior porto do país.

Em setembro, será realizado o leilão para concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, modelo inédito no país. A medida também está prevista para outros quatro portos — Itajaí, Santos, Bahia e Rio Grande — o que trará maior eficiência à movimentação de navios e cargas, permitindo inclusive a chegada de embarcações de maior porte aos portos brasileiros.

“Desde o início de 2023, realizamos 22 leilões portuários, levando investimentos privados — R\$ 12 bilhões — para toda a costa brasileira. Até 2026, serão 60 leilões, com investimentos totais de R\$ 30 bilhões. Isso é cinco vezes mais do que foi investido desde a mudança na Lei dos Portos, em 2015, até 2022. Em termos de número de leilões, o aumento é de 40%. Isso mostra a importância que o governo Lula dá ao setor, pois amplia nossa capacidade de movimentação, gera emprego e renda não só nos arredores dos portos, mas em um raio de influência muito maior”, avalia Costa Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/07/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA ESTADOS COM ENVIO PONTUAL DE DADOS AO NOVO SISTEMA DO PNATRANS



Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais e Rondônia lideram atualização trimestral da plataforma

O Pnatrans integra dados e fortalece a formulação de políticas públicas em segurança viária, fiscalização e infraestrutura. - Foto: Freepik

A modernização da segurança viária no Brasil depende do acesso contínuo a dados confiáveis sobre sinistros em todas as regiões do país. Desde janeiro de 2025, a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), vinculada ao Ministério dos Transportes, opera com um novo

Sistema de Gestão do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), que permite monitorar com maior precisão e atualização as ações em andamento nos estados.

“É fundamental que todos os estados se integrem ao sistema. Não se trata apenas de cumprir uma obrigação administrativa, mas de salvar vidas. Sem dados, não há diagnóstico; sem diagnóstico, não há políticas públicas eficazes”, alerta o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão.

O sistema permite consolidar indicadores, cruzar informações e fortalecer a base de evidências necessárias para a formulação de políticas públicas mais eficazes em segurança viária, educação no trânsito, fiscalização e infraestrutura.

Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)

Potencial de salvar mais de 86 mil vidas (2021 a 2030)

Desacelere. Seu bem maior é a vida



ESTADOS COM MAIOR ENGAJAMENTO (2025)

Paraná (98)

Paraíba (49)

Santa Catarina (35)

Minas Gerais (21)

Rondônia (18)

ÓRGÃOS FEDERAIS COM + ATUAÇÃO NO BRASIL

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

75

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

10

Instituto Brasileiro de Direito de Trânsito (IBD-Trânsito)

4



Ranking dos estados com maior engajamento no envio de dados

A execução das ações do programa é coordenada entre União, estados e municípios. A cooperação entre os entes federativos é fundamental para que o planejamento em nível nacional se traduza em medidas concretas nos territórios e contribua para a redução de mortes no trânsito em todo o país. A partir do registro das estratégias de prevenção regionais, a Senatran pode acompanhar o desempenho das metas, identificar boas práticas e promover ajustes quando necessário.

Apesar dos avanços, mais de dez estados ainda não encaminharam informações ao sistema. Entre eles, estão Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Roraima e Sergipe. O descumprimento da periodicidade estabelecida prejudica o alcance das metas do Pnatrans e compromete a efetividade das ações integradas de segurança viária no país.

"O sucesso do Pnatrans depende do comprometimento de todos os entes federativos com a segurança viária", finaliza Adrualdo Catão.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/07/2025



A recente manifestação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevistas televisivas nessa quinta-feira, acerca da autonomia comercial do Brics e de sua veemente crítica à imposição de uma tarifa de 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, lança luz sobre a complexa dinâmica das relações econômicas globais e a necessidade premente de o Brasil diversificar seus horizontes comerciais. A declaração do presidente, qualificando a medida americana como um ataque à soberania, reflete a gravidade da situação e a busca por alternativas ao sistema financeiro dominado pelo dólar.

Lula ressaltou a relevância do Brics, um bloco que abrange metade da população mundial e quase 30% do PIB global, com dez de seus membros participando do G20. Para o presidente, essa representatividade confere ao Brics a legitimidade para buscar modelos comerciais mais livres e menos atrelados à moeda americana. A ideia de uma moeda própria do bloco ou a utilização das moedas nacionais para o comércio entre os países-membros evidenciam o cansaço com a subordinação ao que ele chamou de "Norte", ansiando por independência nas políticas e um comércio mais equitativo.

A decisão de Donald Trump de sobretaxar os produtos brasileiros de forma unilateral é, de fato, passível de crítica. Essa postura, sem o devido debate diplomático em fóruns como o G20, desrespeita as normas do comércio internacional e cria um precedente preocupante para as relações bilaterais. O questionamento sobre a dominância do dólar nas transações comerciais é pertinente, dado que a capacidade de emitir a moeda confere aos Estados Unidos uma vantagem que outros países não possuem.

Diante desse cenário, a defesa do avanço na diversificação de parceiros comerciais do Brasil torna-se um imperativo estratégico. A excessiva dependência de um único mercado ou moeda expõe o país a vulnerabilidades e pressões externas. A busca por novos mercados e o fortalecimento das relações comerciais com outros blocos econômicos e nações do sul global são medidas essenciais para garantir a resiliência da economia brasileira.

Deve-se destacar que a redução da dependência comercial dos Estados Unidos não significa um rompimento, mas sim uma estratégia de equilíbrio e autonomia. A abertura de novos mercados e o aprofundamento das relações comerciais com países que demonstram uma postura mais multilateral e cooperativa são caminhos a serem explorados. A discussão sobre alternativas ao dólar, embora complexa e de longo prazo, faz parte de um debate global sobre a arquitetura financeira internacional e a busca por maior equidade.

O presidente Lula, ao afirmar que não se sente obrigado a aceitar um comportamento desrespeitoso em relações entre chefes de Estado, sinaliza a importância da diplomacia e do respeito mútuo nas relações internacionais. A ausência de comunicação prévia sobre a imposição da tarifa reforça a percepção de uma ação unilateral e impositiva.

Em última análise, a situação atual ressalta a urgência de o Brasil consolidar uma política externa e comercial que priorize seus interesses nacionais, aprofundando a diversificação de mercados e fortalecendo os mecanismos de cooperação multilateral. A crítica à sobretaxa de Trump serve como um alerta para a necessidade de o País construir uma base comercial mais robusta e menos suscetível a decisões unilaterais, garantindo sua soberania e competitividade no cenário global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVOS GUINDASTES

O Super Terminais, que opera uma instalação portuária em Manaus (AM), receberá no próximo ano - mais precisamente no terceiro trimestre - três novos guindastes elétricos de pedestal do modelo ESP 10, fabricados pela alemã Konecranes Gowald. O contrato foi assinado no segundo trimestre deste

ano e faz parte de um pacote de investimentos de R\$ 180 milhões, que inclui também a ampliação do píer do terminal em 120 metros, que passará a ter 720 metros de extensão.

CAPACIDADE

Com alcance máximo de 64 metros e capacidade de içamento de até 125 toneladas, os novos guindastes permitirão a Super Terminais atender embarcações de grande porte, incluindo navios da classe super pós-Panamax.

DESEMPENHO

Segundo Marcello Di Gregorio, diretor do Super Terminais, a escolha da Konecranes está alinhada à estratégia da empresa de combinar desempenho com eficiência energética. “Alguns outros fatores decisivos foram a capacidade de içamento de até 125 toneladas, a uma velocidade de até 120 metros por minuto, além da capacidade de alcance de lança, que chega a 64 metros. Isso vai permitir que o Super Terminais atenda navios maiores, como os da classe Super Post Panamax, com comprimento de 1.000 pés (305 metros)”, destacou.

SUSTENTABILIDADE

Segundo o terminal, os novos equipamentos também reforçam o compromisso com a sustentabilidade. Por serem totalmente elétricos, os guindastes eliminam o uso de sistemas hidráulicos, reduzindo o consumo anual de óleo em cerca de 5.200 litros e evitando emissões associadas a esse tipo de operação. Os equipamentos podem ser conectados à rede elétrica terrestre, alimentando diretamente os motores responsáveis pelas funções de içamento e giro.

INÍCIO DE VAZANTE

O nível do Rio Negro começou a apresentar sinais de vazante após quase nove meses de cheia contínua. Segundo a medição realizada pelo Porto de Manaus, o rio registrou 29,01 metros nessa quinta-feira, dia 10, após uma redução de 4 centímetros desde quarta-feira. A elevação havia começado em outubro de 2024. Apesar da queda, o nível do Rio Negro ainda se mantém acima da cota de inundação severa. A tendência de recuo, no entanto, indica o início do período de vazante, fase em que os rios da região amazônica passam a perder volume.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/07/2025

NACIONAL - LULA CRITICA TARIFA DE TRUMP E DEFENDE AUTONOMIA COMERCIAL DO BRICS

Em entrevistas, presidente descarta contato direto com norte-americano, diz que Brasil buscará novos mercados e reforça ideia de comércio em moedas locais

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O presidente lembrou que o Brics é um fórum que ocupa metade da população mundial e quase 30% do PIB global. E que dez países do bloco participam do G20, incluindo o Brasil.
Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender uma maior autonomia comercial do Brics, bloco que reúne países do Sul Global. Também criticou duramente a decisão dos Estados Unidos de impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. Em entrevistas concedidas na noite de quinta-feira (10) aos jornais da TV Globo e da Record TV, Lula reforçou a disposição do Brasil em buscar alternativas ao dólar e afirmou que a medida adotada pelo governo de Donald Trump é um ataque à soberania.



“O Brics é um fórum que ocupa metade da população mundial e quase 30% do PIB mundial. E 10 países do Brics participam do G20 (incluindo o Brasil), onde o senhor Trump participa (pelos EUA)”, afirmou Lula ao Jornal Nacional. Para ele, é preciso avançar em modelos mais livres e menos dependentes do dólar. “Nós cansamos de ser subordinados ao Norte. Queremos ter independência nas nossas políticas, queremos fazer comércio mais livre, e as coisas estão acontecendo de forma maravilhosa”, disse. “Estamos discutindo, inclusive, a possibilidade de ter uma moeda própria, ou quem sabe com as moedas de cada país a gente fazer comércio sem precisar usar o dólar.”

Na entrevista ao Jornal da Record, o presidente voltou a criticar a dominância do dólar nas relações comerciais. “Eu não sou obrigado a comprar dólar para fazer relação comercial com a Venezuela, com a Bolívia, com o Chile, com a Suécia, com a União Europeia, com a China. A gente pode fazer nas nossas moedas. Por que eu sou obrigado a ficar lastreado pelo dólar, que eu não controlo? Quem tem uma máquina de produzir dólar são os EUA, não nós.”

Segundo Lula, a postura de Trump deveria ser debatida de maneira diplomática, não imposta de forma unilateral. “Se ele (Trump) tivesse divergência, o correto seria numa reunião do G20 ele levantar o problema, vamos fazer uma discussão civilizada, nos convença, vamos discutir. O que ele não pode é agir como se fosse dono dos outros.”

Questionado sobre a possibilidade de uma conversa direta com o ex-presidente norte-americano, Lula afirmou que não pretende procurá-lo, mas que atuará para proteger os interesses brasileiros com a abertura de novos mercados. “Ele, por exemplo, poderia ter ligado para o Brasil para dizer a medida que ele vai tomar. Ele não mandou nenhuma carta, nós não recebemos carta. Ele publicou no site dele, numa total falta de respeito, que é um comportamento dele com todo mundo. E eu não sou obrigado a aceitar esse comportamento desrespeitoso entre relações de chefe de Estado, de relações humanas.”

IOF será mantido

Em outro momento da entrevista à Record, Lula confirmou que vai manter o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender os decretos do governo e do Congresso Nacional sobre o tema. Segundo o presidente, eventuais cortes no orçamento — como os R\$ 10 bilhões que vêm sendo cogitados — afetariam também as emendas parlamentares, o que deve levar a um novo entendimento com o Congresso.

“O deputado sabe que, se eu tiver que cortar R\$ 10 bilhões, eu vou cortar das emendas dele também. Como eles sabem e eu sei, é importante a gente chegar num ponto de acordo. Eu posso antecipar para você: eu vou manter o IOF. Se tiver um item no IOF que esteja errado, a gente tira aquele item, mas o IOF vai continuar.”

Lula também defendeu a prerrogativa do Executivo em editar decretos. “Fazer decreto é responsabilidade do presidente da República. E os parlamentares podem fazer um decreto-lei para eles, se tiver cometido algum erro constitucional, coisa que não cometi.”

Na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu os decretos do Executivo que aumentavam o IOF e também a decisão do Congresso que os anulava. Para tentar uma saída negociada, o STF marcou uma audiência de conciliação entre os dois Poderes para o próximo dia 15, em Brasília (DF).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

NACIONAL - Presidente defende reconstrução do multilateralismo e maior papel da ONU

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Em artigo publicado simultaneamente em veículos internacionais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o sistema multilateral enfrenta risco de colapso e precisa ser reconstruído com

base em princípios mais justos e inclusivos. O texto foi divulgado na quinta-feira (10) por jornais como The Guardian (Reino Unido), Clarín (Argentina) e China Daily (China).

Sem citar diretamente os Estados Unidos ou o presidente Donald Trump, Lula criticou o uso de tarifas abrangentes no comércio global e alertou para os riscos de uma “espiral de preços altos e estagnação”. O presidente apontou que a “lei do mais forte” vem substituindo o diálogo, e que a paralisia das organizações internacionais decorre da falta de representatividade de suas estruturas.

“O ano de 2025 deveria ser de celebração dos 80 anos da ONU, mas pode entrar para a história como o ano em que a ordem internacional construída desde 1945 entrou em colapso”, escreveu Lula. Ele citou episódios como as guerras no Oriente Médio, as mortes de civis em Gaza e a invasão do Iraque como exemplos do enfraquecimento das normas multilaterais.

O presidente também relacionou o descrédito nas instituições públicas ao avanço de discursos extremistas e defendeu a ampliação dos compromissos com o combate à fome, à pobreza e à crise climática. Segundo Lula, “nenhum muro é alto o suficiente para preservar ilhas de paz cercadas de violência e miséria”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 11/07/2025

NACIONAL - GOVERNO ZERA IPI PARA CARROS SUSTENTÁVEIS PRODUZIDOS NO BRASIL

Nova regra vale para veículos compactos com baixa emissão de carbono e mais de 80% de materiais recicláveis; medida integra o programa Mover

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebnews.com.br



Para o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, carro sustentável com imposto zero estimula a descarbonização, a sustentabilidade e o social. Foto: Júlio César Silva/MDIC

Veículos compactos produzidos no Brasil e com alto desempenho ambiental terão alíquota zero de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida foi formalizada por decreto assinado na

quinta-feira (10) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, parlamentares e representantes do setor automotivo.

A iniciativa integra o Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), lançado no ano passado, que estabelece metas de descarbonização da frota nacional por meio de estímulos fiscais. O objetivo é induzir a indústria automotiva a investir em tecnologias limpas, ao mesmo tempo em que promove a produção nacional.

Para ter direito ao IPI zero, o veículo precisa cumprir quatro exigências simultâneas: ser fabricado integralmente no Brasil (incluindo as etapas de soldagem, pintura, montagem e fabricação do motor), emitir menos de 83 gramas de dióxido de carbono (CO₂) por quilômetro rodado, conter mais de 80% de materiais recicláveis e estar classificado como carro compacto — faixa que abrange os modelos de entrada das montadoras.

Segundo o governo, o novo modelo não representa perda de arrecadação. A tabela de alíquotas foi construída com base no conceito de soma zero: o benefício fiscal para veículos mais limpos será compensado pelo aumento da carga para os que apresentarem desempenho ambiental e tecnológico inferior.



“Carro sustentável sem aumentar impostos, zero aumento de imposto, sem onerar o fiscal, equilíbrio total, mas estimulando a descarbonização, a sustentabilidade e o social”, destacou o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Para os modelos que não atenderem aos critérios para o IPI zero, o decreto institui uma nova sistemática de tributação, com entrada em vigor prevista para 90 dias após a publicação. A alíquota base será de 6,3% para carros de passeio e 3,9% para veículos comerciais leves. A partir desses percentuais, o imposto poderá subir ou cair de acordo com uma fórmula que leva em conta indicadores como eficiência energética, tecnologia de propulsão (elétrica, híbrida ou a combustão), potência, reciclabilidade e nível de segurança veicular.

Um veículo híbrido-flex, por exemplo, pode receber um desconto de 1,5 ponto percentual por atender a critérios de motorização. Se também cumprir os parâmetros de eficiência energética do programa Mover, o desconto sobe para 2,5 pontos. E se alcançar o nível mínimo exigido de reciclabilidade, o abatimento totaliza 3,5 pontos percentuais — reduzindo o IPI de 6,3% para 2,8%.

De acordo com estimativas da equipe econômica, cerca de 60% da frota de veículos novos comercializada no país em 2024 teria se beneficiado da redução de alíquota caso a nova regra já estivesse em vigor. O decreto assinado na quinta-feira tem validade até dezembro de 2026, prazo em que se espera a entrada plena da nova legislação tributária.

O programa Mover também institui R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros até 2028, destinados a empresas que investirem em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltada à mobilidade sustentável. A contrapartida esperada do setor automotivo é expressiva: segundo projeções da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), os investimentos associados à iniciativa devem alcançar até R\$ 190 bilhões no período, incluindo as cadeias de autopeças e distribuição.

Para o presidente da Anfavea, Igor Calvet, o programa traz previsibilidade regulatória e incentiva o desenvolvimento industrial com maior conteúdo tecnológico nacional. “Um carro produzido hoje no Brasil polui 20 vezes menos do que um carro fabricado no início dos anos 2000. Essa previsibilidade, de política de Estado, é o que o Mover nos traz.”

Além de estimular o desenvolvimento de tecnologias limpas e a fabricação local, a proposta pretende tornar os veículos de entrada mais acessíveis, ao combinar alívio fiscal com critérios ambientais e sociais. O incentivo ao uso de materiais recicláveis e à eficiência energética pode impactar também a indústria de autopeças e fornecedores de insumos automotivos, que terão de se adaptar às novas exigências do mercado interno.

O decreto também cria um novo marco regulatório para a etiquetagem veicular, com critérios que servirão de base para o cálculo da alíquota. A classificação de desempenho ambiental será revisada periodicamente, com base em padrões técnicos atualizados pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) e outros órgãos reguladores.

O texto do decreto será publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/07/2025

NACIONAL - ALCKMIN DIZ QUE NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO É EXEMPLO PARA O MUNDO EM ANO DA COP30

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou na quinta-feira (10) que a regulamentação do IPI Verde para veículos mais sustentáveis



reforça o compromisso ambiental do Brasil no ano em que o país sedia a COP30, Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, marcada para novembro de 2025, em Belém (PA).

“Estamos dando um exemplo, no ano da COP30, de estímulo à proteção ao meio ambiente. Estimulamos a descarbonização, a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, baixamos o preço do carro de entrada, com mais reciclabilidade, ajudando a população e gerando emprego e renda”, afirmou Alckmin. e renda”, afirmou Alckmin.

A proposta do governo, segundo ele, alia justiça social e responsabilidade ambiental, ao reduzir tributos para veículos mais eficientes e penalizar os que mais poluem. “Carro sustentável sem aumentar impostos, zero aumento de imposto, sem onerar o fiscal, equilíbrio total, mas estimulando a sustentabilidade”, reforçou.

O presidente da Anfavea, Igor Calvet, reforçou que os investimentos anunciados pelas montadoras — R\$ 190 bilhões, segundo projeções do setor — estão voltados ao desenvolvimento de tecnologias e produção nacional. “Isso importa porque é a gente produzindo desenvolvimento, não só o carro aqui, mas as tecnologias também”, declarou.

Durante a cerimônia, o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Arcelino Júnior, apresentou o selo “Carro Sustentável”, que será usado para identificar nas concessionárias os modelos que verem IPI zerado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

NACIONAL - ANAC PREMIA AEROPORTOS COM MELHORES PRÁTICAS AMBIENTAIS

Reconhecimento leva em conta critérios técnicos como gestão de resíduos, emissões e ações sociais; 37 iniciavas foram avaliadas

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) premiou na terça-feira (8), em Brasília, os aeroportos brasileiros com melhores indicadores ambientais no biênio 2023/2024. A solenidade marcou a sexta edição do Prêmio Aeroportos Sustentáveis, que reconhece iniciavas de operadores em áreas como gestão de energia, água, resíduos, emissões e ruído, além de engajamento com a sociedade. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) premiou na terça-feira (8), em Brasília, os aeroportos brasileiros com melhores indicadores ambientais no biênio 2023/2024. A solenidade marcou a sexta edição do Prêmio Aeroportos Sustentáveis, que reconhece iniciavas de operadores em áreas como gestão de energia, água, resíduos, emissões e ruído, além de engajamento com a sociedade.

Nesta edição, foram avaliadas 37 iniciavas, distribuídas em quatro categorias conforme o volume de movimentação de passageiros. Os critérios técnicos de avaliação foram organizados em três eixos: Sociedade (ações sociais e envolvimento comunitário), Insumos (gestão de consumo de energia, recursos hídricos e resíduos) e Externalidades (controle de emissões atmosféricas e ruído ambiental).

Ao todo, 19 aeroportos certificados participaram do programa Airport Carbon Accreditation (ACA), do Conselho Internacional de Aeroportos para América Latina e Caribe (ACILAC). Com base na parceria entre a Anac e a ACI-LAC, esses terminais tiveram reconhecidos automaticamente os critérios relacionados à certificação ambiental internacional, alinhada aos parâmetros globais de descarbonização da aviação civil.

Durante a cerimônia, o diretor da Anac, Tiago Pereira, afirmou que o prêmio tem contribuído para ampliar o engajamento das concessionárias de aeroportos na pauta ambiental. “Já temos quase a totalidade das concessionárias engajadas no programa, numa competição positiva. A cada ano, os resultados geram incentivos para que os aeroportos revisem suas práticas e apresentem ações aprimoradas nas edições seguintes”, afirmou.

A diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, Larissa Amorim, participou do evento e elogiou a condução técnica da agência reguladora. Segundo ela, o prêmio reforça a credibilidade da Anac na formulação e fiscalização de políticas públicas do setor. “A Anac é sempre muito parceira nas entregas e reconhecida pela acurácia técnica, pela seriedade na regulação e pelo compromisso com ações sustentáveis. O Aeroportos Sustentáveis é um exemplo claro disso”, afirmou.

Representando a ACI-LAC, Felipe Reis destacou que o Brasil ocupa a segunda posição na região da América Latina e Caribe em número de aeroportos com certificação ambiental emitida pela entidade, atrás apenas do México. Atualmente, 19 terminais brasileiros integram o programa Airport Carbon Accreditation.

Para estimular a adesão de novos terminais, especialmente os de menor porte ou com menos recursos, a ACI anunciou que lançará, nas próximas semanas, um programa de mentoria. A proposta é criar um sistema de pareamento entre aeroportos com diferentes níveis de maturidade ambiental. “Um aeroporto que tenha mais experiência vai ajudar outro a se credenciar no processo”, explicou Reis.

O Prêmio Aeroportos Sustentáveis é promovido desde 2013 com o objetivo de reconhecer e incentivar a adoção de práticas ambientais mais eficientes pelos operadores aeroportuários brasileiros. A edição 2024 integra o Plano de Ação Ambiental 2025–2027 da Anac.

Veja os vencedores por categoria e eixo de avaliação:

Aeroportos até 200 mil passageiros/ano: Sociedade: Aeroporto de Maricá - Codemar; Insumos: Aeroporto de Campina Grande - Aena Brasil; Externalidades: Aeroporto de Macaé - Zurich Airports.	Aeroportos até cinco milhões de passageiros/ano: Sociedade: Aeroporto de Manaus - Vinci; Insumos e Externalidades: Aeroporto de Florianópolis - Zurich Airports.
Aeroportos até um milhão de passageiros/ano: Sociedade e Insumos: Aeroporto de Juazeiro do Norte - Aena Brasil; Externalidades: Aeroportos de Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco - Vinci.	Aeroportos com mais de cinco milhões de passageiros/ano: Sociedade: Aeroporto de Confins - BH Airport; e Aeroporto de Salvador - Vinci; Insumos: Aeroporto de Salvador - Vinci; Externalidades: Aeroporto de Confins - BH Airport.

Até 200 mil - Sociedade: Maricá

Até 200 mil - Insumos: Campina Grande

Até 200 mil - Externalidades: Macaé

Até 1 milhão - Sociedade e Insumos: Juazeiro do Norte

Até 1 milhão - Externalidades: Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco

Até 5 milhões: Manaus e Florianópolis

Mais de 5 milhões: Salvador e Confins

NACIONAL - BRASIL AMPLIA PRODUÇÃO E CAMINHA PARA SAFRA RECORDE DE GRÃOS

Expectativa é de 339,6 milhões de toneladas, com destaque para soja, milho, arroz e algodão; clima e políticas públicas impulsionam desempenho no campo

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A safra brasileira de grãos 2024/2025 deve alcançar 339,6 milhões de toneladas, segundo projeção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O volume representa um crescimento de 14,2% em relação ao ciclo anterior. Os dados constam no 10º Levantamento da Safra, divulgado na quinta-feira (10), em Brasília (DF).



A soja deve atingir novo recorde, com produção estimada em 169,5 milhões de toneladas, alta de 14,7%. Já a projeção sobre a produção total de milho é de 132 milhões (+14,3%). Foto: Wenderson Araújo/Trilux

A estimativa leva em conta a combinação de clima favorável, expansão da área plantada, maior investimento tecnológico e estímulo por políticas públicas. A área total cultivada no país deve chegar a 81,8

milhões de hectares — um aumento de 2,3% na comparação com o ciclo passado. Ainda que o excesso de chuvas tenha prejudicado o andamento do plantio de culturas de inverno no Sul do país, como trigo e aveia, a Conab avalia que os demais cultivos avançam de forma satisfatória.

A soja deve atingir novo recorde, com produção estimada em 169,5 milhões de toneladas — alta de 14,7% em relação à safra anterior. Já a projeção sobre a produção total de milho, considerando as três safras, é de 132 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 14,3%.

No caso do algodão, a produção prevista é de 3,9 milhões de toneladas de pluma, com avanço de 6,4%. O crescimento é atribuído principalmente à expansão de 7,2% na área plantada.

A produção de arroz deve alcançar 12,3 milhões de toneladas, com alta de 16,5% em comparação ao ciclo anterior. A recuperação ocorre após a ampliação da área semeada e o desempenho climático favorável, especialmente no Rio Grande do Sul, principal estado produtor. A colheita da cultura já foi concluída.

Já o feijão tem produção total estimada em 3,15 milhões de toneladas, número 1,3% inferior ao do ciclo anterior. Apesar da queda, a primeira safra registrou crescimento de 12,8%, com desempenho considerado positivo pela Conab.

Entre os fatores de influência para o crescimento da produção, a companhia destaca a recente elevação da mistura obrigatória de biodiesel no diesel, que impulsiona a demanda interna por soja destinada ao esmagamento. A expectativa é de um processamento adicional de cerca de 935 mil toneladas da oleaginosa, o que deve elevar a produção de óleo de soja para 11,37 milhões de toneladas e a de farelo para 43,78 milhões de toneladas. Com isso, o consumo interno e os estoques desses derivados também devem crescer. Para a soja em grão, as exportações devem se manter praticamente estáveis, com previsão de 106,22 milhões de toneladas.

No milho, o aumento da oferta será parcialmente absorvido pela demanda interna, que segue em alta, sobretudo devido à expansão da produção de etanol. A Conab estima que 90 milhões de toneladas sejam destinadas ao consumo doméstico. Em contrapartida, as exportações devem

apresentar leve retração, diante da maior competitividade global. O resultado será um crescimento expressivo dos estoques finais.

Quanto ao arroz, a recomposição da produção nacional, somada à expectativa de queda nos preços internos, tende a favorecer a retomada das exportações. As importações seguem estáveis, e os estoques finais devem se expandir.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

NACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS BATE RECORDE HISTÓRICO

Volume de 532 milhões de toneladas nos cinco primeiros meses supera desempenho do ano passado e impulsiona investimentos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os portos públicos, o destaque foi Rio Grande, com aumento de 47% no volume movimentado, refletindo a retomada após as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024

A movimentação de cargas pelos portos brasileiros alcançou 532 milhões de toneladas entre janeiro e maio de 2025, o maior volume registrado para o período na série histórica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O número representa um crescimento de 0,8% em relação aos cinco primeiros meses de 2024, até então o melhor

desempenho já apurado.

De acordo com os dados do Estatístico Aquaviário da agência, o mês de maio consolidou a sequência de recordes com a movimentação de 118,4 milhões de toneladas, um avanço de 7% na comparação anual e o terceiro mês consecutivo de desempenho inédito. Entre os portos públicos, o destaque foi o Porto de Rio Grande (RS), que registrou crescimento de 47% no volume movimentado. O resultado reflete a retomada das operações após os impactos causados pelas enchentes que atingiram o estado em maio de 2024.

A movimentação de contêineres também segue em ritmo de alta. Em 2024, o volume de cargas containerizadas cresceu 20% sobre o ano anterior. Em 2025, o acumulado até maio já é 7% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o desempenho é influenciado por fatores como o comportamento da safra agropecuária. “O forte da safra agrícola ocorre no segundo semestre, mas desde o ano passado temos percebido um crescimento da carga no início do ano”, afirmou.

Além dos bons resultados operacionais, o setor portuário conta com uma agenda de leilões e investimentos que, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, deve ampliar a capacidade e eficiência da infraestrutura portuária brasileira. Ainda em 2025 está previsto o leilão do Tecon Santos 10, novo terminal de contêineres no Porto de Santos, que deve aumentar em 50% a capacidade do maior porto do país.

Para setembro, está programado o leilão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR), iniciava inédita no país. A proposta é estendida também aos portos de Itajaí (SC), Santos (SP), Bahia e Rio Grande (RS), com o objetivo de permitir a entrada de navios de maior porte e garantir maior fluidez à movimentação de cargas.

De acordo com o Ministério, desde o início de 2023 foram realizados 22 leilões portuários, com previsão de R\$ 12 bilhões em investimentos privados distribuídos ao longo da costa brasileira. A expectativa é de que esse número chegue a 60 leilões até 2026, com aporte total de R\$ 30 bilhões.

Fatores

Em declarações recentes, o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o desempenho atual é resultado da soma entre políticas públicas, crescimento da economia e avanço regulatório no setor. “Temos adotado medidas para ampliar ainda mais a capacidade de nossos portos e descentralizar a movimentação, promovendo o desenvolvimento socioeconômico em todas as regiões do país.”

Ainda segundo o ministro, o volume de investimentos contratados desde 2023 é cinco vezes maior do que o total aportado entre 2015 e 2022, período posterior à mudança na Lei dos Portos. “Em termos de número de leilões, o aumento é de 40%. Isso mostra a importância que o governo Lula dá ao setor, pois amplia nossa capacidade de movimentação, gera emprego e renda não só nos arredores dos portos, mas em um raio de influência muito maior”, afirmou Costa Filho.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 11/07/2025

REGIÃO SUDESTE - NAVIOS DA MARINHA ATRACAM EM SANTOS E ABREM VISITAÇÃO AO PÚBLICO

Cisne Branco e Navio-Escola Brasil poderão ser visitados gratuitamente no Cais da Marinha; arrecadação de doações será destinada a instituições da região

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Cisne Branco exerce funções diplomáticas e de relações públicas, representando o Brasil em eventos náuticos, divulgando a mentalidade marítima e preservando as tradições navais

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) informou que vão atracar no Porto de Santos (SP), a partir desta sexta-feira (11), o navio-velheiro Cisne Branco e o navio-escola Brasil. As embarcações estarão abertas para

visitação gratuita do público no próximo domingo (13).

O objetivo da Marinha é mostrar para a população de todo Litoral de São Paulo a conhecer os meios operativos e o trabalho desempenhado pela Capitania em prol da capacitação dos militares e o desenvolvimento da mentalidade marítima no país.

Interessados deverão ir até o Cais da Marinha, no Porto de Santos. O horário da visita será das 9 às 15 horas.

A Marinha do Brasil e a Sociedade Amigos da Marinha (Soamar-Santos) convidam a população voluntariamente, contribuir com a doação de fraldas descartáveis (geriátricas e infantis) e alimentos não perecíveis. O material arrecadado será doado para instituições beneficentes da Baixada Santista.

O Cisne Branco, considerado um dos mais belos navios da esquadra brasileira, exerce funções diplomáticas e de relações públicas. Sua missão é representar o Brasil em eventos náuticos nacionais e internacionais, além de divulgar a mentalidade marítima e preservar as tradições navais.

O Navio-Escola Brasil é o meio empregado na fase final da formação dos futuros oficiais da Marinha do Brasil, dispendo dos recursos instrucionais necessários à fase prática que consolida os conhecimentos adquiridos no curso da Escola Naval.

A comissão, chamada de Viagem de Instrução de Guardas Marinha, tem o propósito de complementar, com ênfase na experiência prática, os conhecimentos teóricos adquiridos pelos militares na Escola Naval durante o ciclo escolar, aprimorar a formação cultural dos futuros Oficiais da Marinha do Brasil e representar o País e a Marinha nos portos visitados

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

REGIÃO NORTE - SUPER TERMINAIS RECEBERÁ TRÊS NOVOS GUINDASTES ELÉTRICOS EM 2026

Equipamentos da fabricante alemã Konecranes permitirão atendimento a embarcações de maior porte



O Super Terminais, operador portuário em Manaus (AM), receberá no terceiro trimestre de 2026 três novos guindastes elétricos de pedestal do modelo ESP 10, fabricados pela empresa alemã Konecranes Gottwald. O contrato foi assinado no segundo trimestre deste ano e faz parte de um pacote de investimentos de R\$ 180 milhões que também inclui a ampliação do píer do terminal em 120 metros, que passará a ter 720 metros de extensão.

Com alcance máximo de 64 metros e capacidade de içamento de até 125 toneladas, os novos guindastes permitirão ao terminal atender embarcações de grande porte, incluindo navios da classe super pós-Panamax, alinhando a operação às exigências do crescimento da movimentação na região e à ampliação da Zona Franca de Manaus.

Segundo Marcello Di Gregorio, diretor do Super Terminais, a escolha da Konecranes está alinhada à estratégia da empresa de combinar desempenho com eficiência energética.

“Alguns outros fatores decisivos foram a capacidade de içamento de até 125 toneladas a uma velocidade de até 120 metros por minuto, além da capacidade de alcance de lança, que chega a 64 metros. Isso vai permitir que o Super Terminais atenda navios maiores, como os da classe Super Post Panamax, com comprimento de 1.000 pés (305 metros)”, explica.

Segundo o terminal, os novos equipamentos também reforçam o compromisso com a sustentabilidade. Por serem totalmente elétricos, os guindastes eliminam o uso de sistemas hidráulicos, reduzindo o consumo anual de óleo em cerca de 5.200 litros e evitando emissões associadas a esse tipo de operação. Os equipamentos podem ser conectados à rede elétrica terrestre, alimentando diretamente os motores responsáveis pelas funções de içamento e giro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/07/2025

Dentro do pacote de modernização tecnológica, que está sendo implementado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), uma das mais significativas é a instalação do Sistema de Gerenciamento

de Informações do Tráfego de Embarcações (Vessel Traffic Management Information System, VTMIS). O sistema é aguardado há, pelo menos, uma década pela comunidade portuária. A solução atuará como um centro de inteligência de dados, fornecendo às autoridades portuárias e à Marinha informações integradas sobre posicionamento de embarcações, condições climáticas, rotas de navegação e potenciais riscos.



Divulgação/APS

“Em média, são 30 navios que fazem manobras no porto, entre entradas e saídas. Com o VTMIS em pleno funcionamento, de largada, a gente pode aumentar para seis ou mais”, analisou Anderson Pomini, presidente da APS.

Os navios que realizam operações no Porto de Santos ficam no espaço conhecido como área de fundeio, esperando autorização da Praticagem, que fiscaliza as manobras de embarcações em parceria com a

Autoridade Portuária, para seguirem viagem dentro do canal do Porto Organizado.

“O VTMIS não apenas eleva a segurança, mas cria uma era de integração entre os órgãos fiscalizadores. A operação será a partir de uma sala de situação na sede da APS, reunindo praticagem, Receita Federal, Polícia Federal, Capitania dos Portos e outros atores, com dados compartilhados em tempo real. Isso significa eficiência nas operações portuárias e no combate a ilícitos”, explica Pomini.

NO MUNDO

“O VTMIS colocará o Porto de Santos dentre aqueles complexos com maior tecnologia e modernidade para todos os itens do mundo. Por isso é um sistema tão importante”, disse Pomini. O edital será lançado em breve, uma vez que a expectativa é que as obras para instalação comecem até o início de 2026. Os equipamentos que vão compor o VTMIS do Porto de Santos serão concentrados em quatro bases: Ilha da Moela, Morro do Tejereba (Guarujá), topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé (Santos).

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 11/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

TRUMP DIZ QUE PODE CONVERSAR COM O BRASIL 'EM ALGUM MOMENTO'

Presidente americano dá declarações a jornalistas americanos e volta a afirmar que Bolsonaro foi tratado injustamente. Mas fala sobre Brasil reduz alta do dólar

Por Bloomberg

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse há pouco que pode conversar com o Brasil “em algum momento” após a ameaça de impor tarifas de 50% sobre as exportações brasileiras para o seu país. O republicano está dando declarações a jornalistas antes de embarcar para um voo rumo ao Texas.

No início de suas falas, Trump voltou a afirmar que o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que é julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob a acusação de tentativa de golpe de Estado, tem sido tratado injustamente pelo governo. Isso fez o dólar, no Brasil, acelerar a alta. Trump elogiou

ainda Bolsonaro por sua "firmeza e honestidade". A cotação da moeda americana chegou a R\$ 5,592.



O presidente dos EUA, Donald Trump — Foto: Jim Watson/AFP

Depois, quando Trump afirmou que poderia "conversar com o Brasil", o dólar perdeu fôlego e recuou para R\$ 5,556, mas depois voltou a subir. Às 11h40, operava em alta de 0,59%, a R\$ 5,5754.

Trump disse que, na quinta-feira, após enviar uma carta ao Canadá avisando que o país também seria taxado, no caso, em 35%, ele telefonou para as autoridades canadenses. E disse que poderia fazer isso com o Brasil em algum momento. Trump afirmou que a carta para o Canadá foi "razoavelmente bem recebida".

Na conversa, ele reiterou críticas a Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, Fed, o banco central americano, dizendo que ele fez um "trabalho terrível".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/07/2025

CHINA CRITICA TARIFAÇO DE TRUMP AO BRASIL: 'EUA NÃO PODEM USAR TARIFAS COMO FERRAMENTA DE COERÇÃO'

Ministério de Relações Exteriores chinês lembra que igualdade de soberania e não-intervenção em assuntos domésticos são princípios da Carta da ONU e normas básicas nas relações internacionais

Por O GLOBO



O Brasil acumula um déficit de mais de US\$ 50 bi nas relações comerciais com os EUA e de US\$ 315 bilhões de superávit no mesmo período com a China — Foto: Editoria de Arte

A China criticou nesta sexta-feira a decisão do governo de Donald Trump de elevar para 50% as tarifas sobre as exportações brasileiras, com vigência prevista para 1º de agosto, acrescentando que os Estados Unidos não deveriam usar as tarifas como uma ferramenta de coerção.

— A igualdade de soberania e a não-intervenção em assuntos domésticos são princípios importantes da Carta da ONU e normas básicas nas relações internacionais — disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, ao ser questionada sobre o que achava da tarifa de 50% anunciada por Trump sobre produtos brasileiros que entrarem nos EUA. — Tarifas não deveriam ser uma ferramenta de coerção, intimidação ou interferência — acrescentou a porta-voz.

O governo brasileiro acredita que o tarifaço promovido pelo presidente dos Estados Unidos vai aproximar ainda mais o Brasil da China, segundo interlocutores do governo brasileiro. A avaliação é que os ataques da gestão Trump reforçarão os laços políticos com Pequim e levarão o setor privado nacional para mais perto de outros parceiros internacionais, incluindo os chineses.

Foi a primeira manifestação de Pequim desde que Trump anunciou as novas tarifas ao Brasil, que abriu uma crise diplomática entre Washington e Brasília, ressalta reportagem do G1, lembrando que o anúncio do presidente americano sobre o aumento da tarifa aos produtos brasileiros veio logo após

o fim da cúpula do Brics, grupo do qual a China também faz parte, realizada na semana passada no Rio de Janeiro.

Na ocasião, Trump afirmou que vai aplicar uma sobretaxa de 10% aos países do bloco e a todos que se alinharem ao Brics. O argumento do republicano foi o de que o grupo, segundo ele, estaria tentando enfraquecer os EUA e substituir o dólar como moeda padrão global. Em resposta, o presidente Lula criticou Trump e disse que intromissão no Brics não será aceita.

Nesta sexta-feira, antes de embarcar para um voo rumo ao Texas, o presidente americano disse que pode conversar com o Brasil "em algum momento" após a ameaça de impor tarifas de 50% sobre as exportações brasileiras para o seu país.

No início do ano, a China também travou uma batalha tarifária com os Estados Unidos que terminou em uma luta de forças entre Pequim e Washington no quadro geopolítico mundial. Em abril, quando Trump anunciou aumento de tarifas a produtos de uma série de países, os produtos chineses receberam uma das taxas mais altas, de 34%.

Ao contrário da maioria dos governos, que costuraram acordos com Washington, a China retaliou, aumentando impostos a produtos dos EUA. Trump e o presidente chinês, Xi Jinping, iniciaram então uma "batalha" de retaliações, com aumentos mútuos de tarifas que chegaram a 145% para produtos chineses que entram nos EUA e 125% para os bens americanos importados pela China, lembra o G1.

Em maio, após o governo chinês dar a última cartada na guerra tarifária, Washington propôs negociações, e os dois países chegaram a um acordo, reduzindo as tarifas para 30% no caso de produtos chineses nos EUA, e 10% para produtos americanos na China.

(*) Com informações do G1

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 11/07/2025

TARCÍSIO SE REÚNE COM ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA APÓS TARIFAÇÃO DE TRUMP: 'É PRECISO NEGOCIAR'

Governador de São Paulo tem sido criticado pelo governo Lula por sua postura diante da taxa de 50%

Por O Globo — Brasília



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante reunião no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo/31-10-2024

O governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, disse nesta sexta-feira que se reuniu com Gabriel Escobar, encarregado de negócios da Embaixada dos EUA no Brasil, em Brasília. A representação está sem embaixador e Escobar é o principal nome do governo americano no Brasil.

Segundo o governador, a conversa foi sobre as consequências da tarifa de 50% anunciada por Donald Trump contra o Brasil.

"Vamos abrir diálogo com as empresas paulistas, lastreado em dados e argumentos consolidados, para buscar soluções efetivas. É preciso negociar. Narrativas não resolverão o problema. A responsabilidade é de quem governa", escreveu.

O governador paulista tem sido criticado por membros do governo Lula diante da crise. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirmou que o ex-ministro de Jair Bolsonaro é candidato "a vassalo".

Os setores mais afetados pelo tarifaço de Trump têm grande presença em São Paulo. É o caso do suco de laranja, café e da Embraer.

A embaixada disse em nota que diplomatas americanos "se reúnem regularmente com governadores brasileiros". E lembrou que São Paulo é o estado com a maior concentração de investimento americano no Brasil. "A Embaixada dos EUA promove os interesses das empresas americanas e a cooperação bilateral", diz a nota.

Reação do governo

O Itamaraty não se manifestou sobre o encontro. No entanto, interlocutores do Ministério das Relações Exteriores afirmaram que a ida de Tarcísio à Embaixada dos Estados Unidos foi um "jogo de cena", para tentar corrigir algo que os próprios bolsonaristas provocaram.

Nas palavras de um diplomata, a oposição agora tenta sair de um buraco que ela mesma cavou. Além disso, Escobar não teria cacife suficiente para tomar decisões pelo governo americano em uma negociação.

Carta de Trump

Em uma rede social, Tarcísio atribuiu a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente dos Estados Unidos a atitudes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O governador disse em suas redes sociais que "a responsabilidade é de quem governa" e que "Lula colocou sua ideologia acima da economia, e esse é o resultado".

Questionado sobre a fala, Haddad afirmou que a tarifa norte-americana não deve se manter, porque não tem realidade econômica, e que a publicação de Tarcísio representa um comportamento de servidão ao ex-presidente Bolsonaro.

Na quinta-feira, Tarcísio foi a uma churrascaria com o ex-presidente Bolsonaro.

Trump começou a carta enviada ao Brasil falando justamente de Bolsonaro.

"Conheci e tratei com o ex-Presidente Jair Bolsonaro, e o respeitei muito, assim como a maioria dos outros líderes de países. A forma como o Brasil tem tratado o ex-Presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos Estados Unidos, é uma vergonha internacional. Esse julgamento não deveria estar ocorrendo. É uma Caça às Bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!", afirma o primeiro parágrafo.

Em seguida, Trump afirma que cobrará uma tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros importados pelos EUA "em parte devido aos ataques insidiosos do Brasil contra eleições livres e à violação fundamental da liberdade de expressão dos americanos".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/07/2025

‘NA DISPUTA COM TRUMP, LULA ESTÁ MAIS BEM POSICIONADO’, DIZ EX-EMBAIXADOR DOS EUA NO BRASIL

Thomas Shannon destaca que é a 1ª vez que o presidente usa claramente as tarifas para intervir politicamente em outro país, o que considera 'um erro terrível'

Por Janaína Figueiredo — Rio

A medida sem precedentes anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, contra o Brasil é um erro, poderá ser capitalizada politicamente pelo governo Lula e se explica, essencialmente, pelo desejo do republicano de interferir nas eleições presidenciais brasileiras de 2026. Essas foram

algumas das opiniões dadas por Thomas Shannon, ex-embaixador no Brasil durante governos do PT e ex-subsecretário do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado americano, em entrevista ao GLOBO.



Para Thomas Shannon, Brasil mostrou que tem autoridade legal para impor tarifas aos Estados Unidos — Foto: Benedikt von Loebell/World Economic Forum

— Esta decisão (sobre a tarifa de 50% contra o Brasil) reflete seu pensamento sobre Bolsonaro, sobre como ambos são, na visão de Trump, almas gêmeas — afirmou Shannon.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o senhor avalia as medidas anunciadas pelo presidente Donald Trump contra o Brasil?

O que Trump fez é uma dramática remodelação de sua política comercial tarifária. Até agora, ele vinha explicando o motivo de sua política tarifária relacionando-a à necessidade de nivelar o comércio, promover investimentos americanos, ter acesso igualitário em mercados externos, criar incentivos para a reindustrialização dos EUA, ou para tentar gerar novos acordos comerciais.

No caso desta decisão sobre o Brasil, é a primeira vez que Trump usa as tarifas para fins políticos; a primeira vez que ele decide intervir em instituições democráticas de outros países, em processos judiciais e criminais, para tentar escolher um candidato presidencial. E ele está fazendo isso na segunda maior democracia e economia do Hemisfério Ocidental, e um tradicional parceiro dos EUA.

Uma medida sem precedentes...

Não vimos esse tipo de intervenção em outro país em um longo tempo.

Pode-se comparar com o envolvimento dos EUA em golpes militares na América Latina, nas décadas de 60 e 70?

De certa maneira, é verdade que não víamos este tipo de intervenção desde aquele período. Mas isso que vemos agora é diferente, no sentido de que a mensagem de Trump não está destinada a militares ou elites. Está destinada ao que ele acredita ser uma ampla base de apoio popular de Bolsonaro. Ele compara o que Bolsonaro está vivendo com o que ele, Trump, viveu.

Acredito que Trump observa as eleições no Brasil em 2026 da mesma maneira que observou as eleições americanas em 2024. Ele acha que Lula é vulnerável como (Joe) Biden, e acha que Bolsonaro é a figura que pode consolidar o voto da extrema direita. Acha que o processo contra Bolsonaro busca fragmentar o voto da extrema direita.

Para enfrentar isso que ele acredita, Trump adota uma medida dramática, sem precedentes, porque quer mudar a dinâmica política dentro de um país que não conhece. Um erro terrível.

Quais podem ser as consequências desse erro?

Dependerá de como o Brasil vai responder. É interessante ver que Lula respondeu a Trump através da rede social X, usando as mesmas ferramentas que Trump. Isso mostra a natureza política de tudo isso, ambos estão jogando politicamente para amplos públicos.

Como vê a reação do Brasil?

Os brasileiros deixaram claro que têm autoridade legal para impor tarifas, podem responder, inclusive em áreas como propriedade intelectual. O Brasil está falando de uma resposta que pode ir além da ameaça americana. Isso cria espaço para os brasileiros para que possam decidir como querem responder. Acho uma resposta esperta até agora.



Politicamente, Lula pode capitalizar este embate com Trump. Pode apresentar a decisão sobre tarifas como algo que foi consequência do lobby dos Bolsonaro, e que a ideia de um líder enviar seu filho aos EUA para fazer lobby contra o Brasil, contra suas instituições, custará empregos, e será negativo dentro do Brasil. Isso complicará a política para Bolsonaro.

Lula pode se apresentar como o líder que defende as instituições e a economia, contra um ataque inesperado. Hoje, na disputa, Lula está mais bem posicionado, e tem mais flexibilidade para se mover. Trump, ao dizer que a ameaça é movida pelo processo contra Bolsonaro, não tem muito para onde ir.

Trump deu um tiro no pé?

Ele não acha isso... Acha que está beneficiando Bolsonaro e o processo político no Brasil, e que vai acabar se beneficiando. Mas está errado.

A medida contra o Brasil teve impacto negativo nos EUA?

Ainda não está claro. A guerra de tarifas está por todos os lados, contra China, Canadá, México. Esta é mais uma ameaça. A maioria dos americanos não entende do que Trump está falando.

O que move Trump é o desejo de que Bolsonaro seja novamente presidente?

Sim, basicamente é fazer seu candidato ganhar no ano que vem. O que representa uma dramática intervenção na política de um país. Os EUA já apoiaram lideranças estrangeiras, mas em silêncio. Trump é totalmente transparente, sua natureza é chocante. E tudo sai de sua cabeça, é ele quem aperta os botões. Não contam enviados, secretários de Estado. Ninguém.

O Brasil avalia, se a tensão escalar, convocar sua embaixadora nos EUA.

Chamar embaixadores é de outra época. Nos dias de hoje não funciona assim. Trump vai demitir 15% dos funcionários do Departamento de Estado esta semana. As instituições que entenderiam uma medida como essa serão congeladas. Tem sido tão difícil para o Brasil ter linhas de comunicação com este governo que eu recomendaria usar esta situação para abrir canais.

A oposição de Trump ao Brics teve peso na decisão?

Trump passou os primeiros meses de seu segundo mandato sem falar sobre o Brasil. Houve alguma conversa sobre decisões do STF sobre liberdade de expressão. Mas só. Trump disse que não gosta do Brics, e durante a cúpula ameaçou taxar com 10% países aliados ao grupo. Mas foi cuidadoso em não atacar individualmente países.

Esta decisão reflete seu pensamento sobre Bolsonaro, sobre como ambos são, na visão de Trump, almas gêmeas. O gatilho foi esse, o fato de ambos terem, para Trump, sofrido a mesma coisa. Trump entende que o Brasil é parte importante de um movimento global de nacionalismo econômico, isso vem da época em que teve contato com Olavo de Carvalho e conheceu Bolsonaro.

Trump não é ideológico, é um homem que faz negócios, e que acredita que as instituições democráticas, as constituições frustram os desejos do povo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/07/2025

GOVERNO FINALIZA MEDIDA PROVISÓRIA DO SETOR ELÉTRICO COM TETO PARA SUBSÍDIOS QUE ENCARECEM CONTA DE LUZ

Texto trava orçamento da CDE aos valores definidos em 2026 e reverte parte dos "jabutis" aprovados pelo Congresso no marco das eólicas

Por Renata Agostini — Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu criar um teto para os subsídios do setor elétrico que têm impacto nas contas de luz. O novo mecanismo pretende travar o custeio da Conta de

Desenvolvimento Econômico (CDE) a valores de 2026 e constará de uma medida provisória (MP) que deve ser publicada ainda nesta sexta-feira.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina decreto sobre regras de educação à distância — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Trata-se de nova tentativa de Lula de limitar os efeitos de iniciativas aprovadas pelo Congresso com impacto na tarifa de energia. O governo saiu derrotado das negociações envolvendo o marco das eólicas offshore, quando diversos vetos do presidente a “jabutis” inseridos no texto - propostas estranhas ao projeto - foram derrubados pelos parlamentares.

Nas contas do governo, o impacto seria de R\$ 35 bilhões ao ano nas contas de luz se nada fosse feito. Apesar de contestar esses valores, a cúpula do Congresso decidiu reabrir negociações e acompanhou a construção do novo texto.

Pela medida provisória, cujo teor o GLOBO teve acesso, o orçamento da CDE não poderá mais ser elevado a partir de 2026. A conta, que este ano deve ficar em torno de R\$ 50 bilhões, banca os subsídios do setor e atualmente seu custo é rateado por todos os consumidores quando pagam a conta de luz.

O texto define que, quando o valor necessário para cobrir esses incentivos não for suficiente, o excedente será rateado entre os próprios beneficiários da CDE, ou seja, aqueles segmentos que hoje usufruem dos incentivos mantidos pela conta. Não entrarão na divisão desse custo adicional os consumidores ligados aos programas Luz para Todos e Tarifa Social e à Conta de Consumo de Combustíveis, que custeia o abastecimento de cerca de 200 localidades isoladas no Brasil.

A MP também cria regras para limitar a contratação de térmicas a gás e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), uma forma de restringir os “jabutis” do Congresso no marco das eólicas offshore. A contratação de PCHs, que chegaria a 6,9 gigawatts (GW) nos próximos anos, ficará restrita a 4,9 GW. Destes, 3 GW serão contratados por meio de leilão de reserva no ano que vem. O restante pode ser contratado posteriormente, mas isso só ocorrerá se houver demanda mapeada pelo governo.

Sob a justificativa de que esse montante de geração de PCHs será honrado, o Palácio do Planalto aproveitou a edição da MP para anular a obrigatoriedade de contratação térmicas inflexíveis a gás, que representavam a maior parte do impacto dos “jabutis” na conta de luz, conforme estimado pelos técnicos do governo — elas representariam R\$ 20 bilhões dos R\$ 35 bilhões projetados.

Além disso, a medida provisória traz uma trava mais abrangente: após os leilões das PCHs, novas contratações de equipamentos de geração só ocorrerão se o governo identificar necessidade e seguindo requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética.

O texto também traz uma novidade com efeito importante na gestão de gás natural. Comandado pelo governo, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passa a ter a competência de determinar as condições de acesso e os valores para uso dos sistemas de escoamento e transporte do gás natural da União. É uma tentativa de reduzir o preço do insumo, considerado fundamental para a indústria. Com esse poder em mãos, o Executivo usaria a estatal PPSA para injetar gás no mercado e reduzir os preços.

A derrubada de uma série de vetos de Lula ao marco das eólicas offshore abriu uma crise entre o Planalto e o Congresso. Inconformado, o time de Lula logo apontou o dedo para o Legislativo, acusando os parlamentares de patrocinarem medidas que beneficiarão empresários e irão encarecer a conta de luz.

Designado pelo Congresso para negociar uma saída com o Planalto, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), líder do MDB na Casa, disse ao GLOBO ver espaço para acatar sugestões do governo e melhorar as regras estabelecidas após a derrubada dos vetos.

Em sua visão, o caminho seria incorporar os pedidos do time de Lula a outra proposta já em tramitação, a que propõe a reforma do setor elétrico, cuja comissão especial para apreciá-la já foi instalada e tem Braga como presidente.

Os caminhos foram debatidos pelo senador com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, nos últimos dias e também comunicados ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que deu aval ao andamento das conversas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/07/2025

LULA TEM 3 SEMANAS PARA SE EQUILIBRAR ENTRE MODERAÇÃO E RETÓRICA ANTI-IMPEARLISTA

Por Manoel Ventura — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/09-07-2025

O governo Lula tem optado por uma estratégia moderada diante do anúncio de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros feito por Donald Trump, com entrada em vigor prevista para agosto.

A decisão é clara: esperar a oficialização da medida antes de reagir, enquanto articula internamente um grupo que inclui representantes do empresariado para

avaliar possíveis respostas.

Nos bastidores, integrantes do governo enxergam nesse movimento uma oportunidade para ampliar o apoio junto a setores que historicamente se alinham a Jair Bolsonaro, como o agronegócio.

Ao mesmo tempo, Lula deve calibrar o discurso: endurecer o tom para reforçar a posição do Brasil, mas sinalizando disposição para negociar e evitar uma escalada. Não será simples.

Apesar de ser esse o caminho institucional, o presidente tem histórico de improvisos e declarações contundentes, especialmente quando confrontado por quem vê como representante do “imperialismo”, figura central na narrativa histórica do PT.

Esse equilíbrio, segundo integrantes do governo, será essencial nos próximos dias. O conteúdo muito fora do tom da carta de Trump tem um peso simbólico, mas na avaliação do governo não fecha as portas para uma eventual reviravolta — ainda que, até aqui, o presidente americano não tenha dado qualquer sinal nesse sentido.

Os negociadores brasileiros, porém, estão atônitos e sem reação. Até terça-feira, as informações eram de uma conversa em andamento com os americanos e com possibilidade de resultado positivo para o Brasil diante inclusive de um histórico superavitário para os EUA nas trocas comerciais.

No dia seguinte, Trump surpreendeu a todos com uma tarifa de 50% em tom de sanção econômica. As negociações que vinham ocorrendo com o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) pararam ao sabor de novidades vindas via Truth Social.

Se até agosto nada mudar — serão longas três semanas até lá — a retaliação brasileira também passa por um discurso de moderação e sem minar a economia doméstica, já que uma tarifa de 50% sobre bens importados dos EUA teriam efeitos elevados sobre o mercado local.

É diante disso que diplomatas brasileiros falam em quebra de patentes de remédios, sementes, defensivos agrícolas, obras literárias e musicais.

Enquanto isso, crescem as dúvidas sobre os impactos reais das tarifas de Trump. Haverá efeito sobre inflação, PIB, dólar? A possível sobra interna de produtos antes exportados aos EUA, como carne, laranja e café ou há mercados alternativos para escoar essas exportações? E os empregos, sobretudo em estados como São Paulo?

Essas questões devem dominar o debate nos próximos dias, enquanto governo e setor privado tentam trilhar caminhos de negociação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

O GOVERNO CRIOU UM 'PUDIM DE INSEGURANÇA JURÍDICA' COM O IOF, DIZ A DUQUESA DE TAX

No Fala, Duquesa!, colunista do Estadão faz uma retrospectiva sobre o vaivém do IOF, desde o decreto presidencial em maio

Por Redação

O governo arrecadou R\$ 8 bilhões com a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em junho, R\$ 2,1 bilhões acima do mês anterior. Trata-se de um recorde para o mês desde 2005, resultado do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que aumentou as alíquotas do IOF. Mas o vaivém do imposto tem trazido muita insegurança jurídica.

“O que temos? Um pudim de insegurança jurídica para variar”, diz a colunista do Estadão, Maria Carolina Gontijo, a Duquesa de Tax (leia a íntegra deste conteúdo no vídeo acima). “Contas públicas estouradas, um governo apavorado com a possibilidade de contingenciar mais recursos e uma sociedade que já não aguenta mais aumento de imposto.”



No programa Fala, Duquesa! desta semana, ela fala sobre a novela tributária que se transformou a questão do IOF. O aumento do imposto foi publicado via decreto no fim de maio e começou a valer já em junho. O objetivo declarado pelo governo seria “uniformizar as alíquotas e melhorar a regulação” das operações financeiras. Mas, segundo a Duquesa, o efeito real foi arrecadatório.

A medida acabou derrubada pela Câmara dos Deputados no fim de junho, o que levou o impasse ao Supremo Tribunal Federal. O ministro Alexandre de Moraes suspendeu o decreto presidencial e marcou uma audiência de conciliação para segunda-feira, 14.

A colunista do Estadão Maria Carolina Gontijo, a Duquesa de Tax Foto:

Taba Benedicto/ Estadão

Programa

Todas as quintas-feiras, às 9h30, a Duquesa de Tax faz reacts (comentários sobre outros vídeos ou entrevistas) do noticiário econômico no Estadão. Além disso, tem o programa semanal Não vou passar raiva sozinha. Os vídeos inéditos vão ao ar sempre às segundas-feiras, às 9h30, para

assinantes do Estadão. Cortes do programa são distribuídos ao longo da semana nas redes sociais e na Rádio Eldorado. A atração também tem uma versão em podcast.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 11/07/2025

NEGOCIAÇÃO PELA BRASKEM PÕE NO RADAR VIABILIDADE DE FÁBRICA EM ALAGOAS

Unidade produz cloro-soda e deixou de ser viável após acidente em Maceió, segundo fontes
Por Talita Nascimento (Broadcast) e Cynthia Decloedt (Broadcast)



Imóveis abandonados em Maceió; acidente já rendeu uma série de consequências para a Braskem, com provisões que superam R\$ 5 bi Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 04/12/2023

A fábrica da Braskem que produz cloro-soda em Alagoas é tida como mais um dos vários temas complicados a serem tratados por quem, eventualmente, assumir o controle da empresa. A operação deixou de ser viável, segundo apurou a Coluna com três fontes que têm conhecimento sobre o tema. Fábricas do mesmo tipo precisam de duas premissas para ter rentabilidade: proximidade da matéria-prima e dos clientes. Com o fim da extração de sal gema e sem clientes relevantes nas proximidades, a viabilidade deste negócio deixou de existir, de acordo com as fontes.

O tema faz parte dos vários pontos que são analisados para melhorar a eficiência operacional e financeira da Braskem. O problema é que encerrar esta operação tem impactos econômicos na região e traz como contraparte o governo do Estado de Alagoas, com o qual a relação da Braskem tem sido tensa nos últimos anos.

O acidente geológico que levou ao afundamento do solo de bairros da capital do Estado já rendeu uma série de consequências para a empresa, inclusive com provisões que superam R\$ 5 bilhões. No entanto, ainda há um acordo a ser concluído com o governo de Alagoas e o fechamento de uma fábrica na região não ajudaria nas negociações.

Tema é sensível

Diante da sensibilidade do tema, a Braskem tem mantido em seu portfólio um ativo que não faz sentido do ponto de vista financeiro, um quadro que poderia mudar num eventual novo arranjo societário. O empresário Nelson Tanure trabalha numa proposta para comprar a companhia. Bancos credores da Novonor (ex-Odebrecht), acionista da petroquímica, também já indicaram que devem converter suas dívidas em ações.

A Braskem carrega uma dívida líquida ajustada de US\$ 6,568 bilhões, que corresponde a uma alavancagem de 7,92 vezes, patamar considerado insustentável pelos padrões do mercado. O balanço da companhia não oferece dados isolados de desempenho da fábrica de Alagoas.

Procurada, a Braskem afirmou em nota que “o setor petroquímico vive um momento muito complexo com o pior ciclo de baixa da história, além de um novo cenário global de preços da energia e das mudanças estruturais na indústria petroquímica”. A empresa afirmou ainda que “avalia permanentemente seus investimentos e suas operações, de forma a garantir a sustentabilidade e a perenidade da companhia ao longo do tempo”.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 11/07/2025

EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS PARA OS EUA BATEM RECORDE DE US\$ 16 BI NO PRIMEIRO SEMESTRE

Segundo a Câmara Americana de Comércio para o Brasil, as exportações do Brasil totalizaram US\$ 20 bi no período; EUA registraram superávit de US\$ 1,7 bi

Por Daniel Tozzi Mendes (Broadcast) e Anna Scabello

A indústria aumentou a participação nas exportações do Brasil aos Estados Unidos no primeiro semestre de 2025, de 76,6% para 79,8%, aponta o Monitor do Comércio Brasil-EUA, divulgado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil, a Amcham Brasil.

Isso representa um novo recorde de US\$ 16 bilhões, um aumento de 8,8% na comparação com igual período de 2024. Adicionalmente, as vendas da indústria de transformação e da agropecuária avançaram, respectivamente, 3,2% e 1,3%.

A participação da indústria extrativa, no entanto, reduziu de 17,7% para 13,1%, influenciada pela queda de 24,5% nas exportações de petróleo bruto, principal item exportado para os EUA, gerando uma redução de US\$ 771 milhões em vendas.

Segundo a Amcham, as exportações do Brasil para os EUA totalizaram US\$ 20 bilhões no primeiro semestre de 2025, um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2024.



Corrente de comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos cresceu 7,7% no primeiro semestre deste ano, atingindo US\$ 41,7 bilhões Foto: Anderson Coelho/Estadão

Dos dez principais produtos brasileiros exportados para os EUA, oito são da indústria de transformação, aponta o relatório. Apesar do aumento das exportações, a Amcham ressalta que o setor industrial segue deficitário para o Brasil no comércio entre os dois países, em US\$ 3,7 bilhões, um aumento de 55,6% ante o

primeiro semestre de 2024.

O relatório destaca ainda o desempenho das vendas em 2025 dos semiacabados de ferro e aço (+15,9%), do café não torrado (+38,8%) e das aeronaves (+12,1%). Além disso, a carne bovina ingressou na lista dos dez principais produtos exportados, com impacto de US\$ 791,2 milhões e crescimento de 142%.

Já os produtos de aço, sujeitos a tarifas de 50% desde o início de junho, cresceram em 15,9% a participação das exportações no primeiro semestre. “A alta desses bens pode ser explicada pela falta de capacidade interna dos EUA para atender a demanda doméstica”, considera a Amcham. Outra possível explicação, porém, é de que parte das exportações entra por meio do Texas e, depois, segue para consumo no México, sendo, portanto, trânsito aduaneiro.

Na primeira metade deste ano, São Paulo liderou as exportações brasileiras para os EUA (31,9%), seguido por Rio de Janeiro (15,9%) e Minas Gerais (12,4%). A maioria dos produtos exportados partiram via modal marítimo (86,6%), equivalente a US\$ 17,3 bilhões.

Importações

As importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos cresceram 11,5% no primeiro semestre deste ano na comparação com o ano passado, ritmo maior do que o observado em relação às compras do resto do mundo (8,3%).

O setor que mais se destaca nessa pauta de importação é a indústria de transformação, cuja participação subiu de 87,7% para 90,6% entre o primeiro semestre de 2024 e o primeiro de 2025. Houve, por outro lado, queda na indústria extrativa (11,9% para 9%). A agropecuária manteve os 0,3% de participação na pauta observados no primeiro semestre do ano passado.

Entre os produtos cuja importação vinda dos EUA mais aumentou, a Amcham destaca óleos combustíveis (37,1%), petróleo bruto (35,7%), aeronaves (+35,7%) e motores e máquinas não elétricas (26,2%). Também houve aumento importante em medicamentos e produtos farmacêuticos (30,1%) e outros medicamentos (19,3%).

A entidade destaca ainda que o gás natural deixou de figurar na lista dos dez principais produtos em 2025, por conta da recuperação dos reservatórios brasileiros e de uma maior produção interna.

O Estado de São Paulo foi o principal destino (31,2%) das compras vindas dos EUA em 2025 até aqui, seguido do Rio de Janeiro (21,3%) e da Bahia (5,6%).

Em meio ao temor com o anúncio de tarifas de 50% a produtos brasileiros para entrarem nos EUA e possíveis retaliações do governo federal, a Amcham defende, no relatório, o “esforço diplomático” para uma solução negociada no curto prazo. Segundo a entidade, se aplicada integralmente, a tarifa tem potencial de inviabilizar parte significativa das exportações brasileiras aos americanos.

A corrente de comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos cresceu 7,7% no primeiro semestre deste ano na comparação com 2024, atingindo US\$ 41,7 bilhões. Trata-se do segundo maior valor de toda a série histórica, atrás apenas do primeiro semestre de 2022, segundo a Amcham.

Na primeira metade deste ano, as exportações aos EUA, de US\$ 20 bilhões, superaram o observado com outros parceiros comerciais do Brasil no período, como a China (queda de 7,5% nas exportações) e União e Europeia (alta de 2,6%).

Já o crescimento das importações dos EUA foi maior do que o das compras totais pelo Brasil do mundo (8,3%) e de parceiros como a União Europeia (4,4%) e o Mercosul (queda de 0,9%).

Os EUA registraram superávit na balança comercial com o Brasil de US\$ 1,7 bilhão. O saldo é superavitário para os EUA desde 2009, ao contrário do que o próprio Trump argumentou na carta que anunciou as tarifas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/07/2025

CHINA CRITICA TARIFAÇÃO DE TRUMP CONTRA BRASIL, CITA CARTA DA ONU E FALA EM ‘COERÇÃO’ E ‘INTIMIDAÇÃO’

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, afirmou que a não interferência de países em assuntos internos de outras nações faz parte dos princípios da ONU

Por Redação



O Ministério de Relações Exteriores da China criticou a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de tarifar em 50% os produtos brasileiros importados pelos EUA, anunciada na quarta-feira, 9.

Em declaração durante entrevista coletiva, a porta-voz do ministério, Mao Ning, afirmou que a não interferência de países em assuntos internos de outras nações faz parte dos princípios fundamentais da Carta da ONU.

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores



chinês, Mao Ning, criticou tarifaço de Trump contra o Brasil Foto: Reprodução/Ministério das Relações Exteriores da China

Ela fez a declaração ao ser questionada por jornalistas qual a posição da China a respeito do tarifaço de Trump contra o Brasil.

“A igualdade soberana e a não interferência nos assuntos internos são princípios importantes da Carta da ONU e normas básicas nas relações internacionais. As tarifas não devem ser um instrumento de coerção, intimidação ou interferência”, disse a representante do governo chinês.

Segundo o anúncio de Trump na quarta, as tarifas para todos os produtos brasileiros começam a valer a partir de 1º de agosto. É a alíquota mais alta divulgada a partir de cartas enviadas pelo republicano aos países desde o início desta semana.

Nesta sexta, 11, Trump afirmou que poderá conversar com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, mas “não agora”. Ele voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem descreveu como “muito duro em negociações”.

Em entrevista na quinta-feira, 10, Lula afirmou que vai cobrar 50% em tarifas dos Estados Unidos caso Trump cumpra o anúncio de tarifar os produtos brasileiros.

Ele também disse avaliar recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) e propor investigações internacionais. Lula sinalizou que manterá o diálogo aberto, e disse que o Brasil é um país onde tudo se resolve “na conversa”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/07/2025*

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALUMÍNIO PARA EUA DESABA 47% NO ANO E PODE PIORAR COM NOVA TARIFA DE TRUMP

Medidas atingiram principalmente chapas e folhas de alumínio, 41% do total de produtos acabados exportados por empresas brasileiras; há dúvida se medida recíproca de 50% inclui bauxita e alumina

Por Ivo Ribeiro

As tarifas de Donald Trump às importações de alumínio pelos Estados Unidos atingiram em cheio as exportações brasileiras de produtos de alumínio para o mercado americano, conforme dados do primeiro semestre ano. A situação poderá agravar ainda mais o setor se a medida de quarta-feira, 9, de tarifa recíproca de 50%, atingirá também matérias-primas vendidas aos EUA que estavam isentas.

Em 12 de março, o presidente dos Estados Unidos já havia imposto uma taxa de 25% e, em junho, elevou para 50%, para produtos acabados do metal, sem atingir insumos usados na fabricação.

Agora, diz a Associação Brasileira do Alumínio (Abal), em nota, a preocupação reside nos efeitos da nova escalada tarifária imposta pelos Estados Unidos ao Brasil. “A medida amplia a incerteza para os agentes econômicos, impõe barreiras adicionais ao acesso a um mercado estratégico e eleva a exposição do Brasil a distorções e desvios de comércio, em um cenário global já marcado por tensões geopolíticas e crescente protecionismo”, destaca.

Conforme a Abal, há dois pontos preocupantes: primeiro, ainda não está claro se a nova tarifa será cumulativa à atual, de 50%, o que elevaria a 100% e seria um grande desastre a partir de 1º de agosto; segundo a possível taxação de insumos estratégicos (bauxita e alumina), até agora sem tarifas. Estimativas indicam que mais de 90% do alumínio primário feito nos EUA tem origem em insumos brasileiros.

A exportação de alumina (óxido e hidróxido de alumínio) em 2024 para EUA atingiu US\$ 501,2 milhões. De bauxita, US\$ 4,7 milhões.



Linha de laminação de bobinas de alumínio na fábrica Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na cidade de Alumínio (SP) Foto: ROBSON FERNANDES/AE

Assim como no aço, a nova medida de Trump também poderá travar as negociações que o governo brasileiro vinha conduzindo, com apoio das empresas do setor, na busca de um acordo de cotas de exportação para o alumínio aos EUA, com a tarifa antiga de 10%

Impacto das tarifas de março e junho

As tarifas de março e junho provocaram retração de 47,4% nos embarques de produtos laminados (chapas e folhas) do Brasil para os EUA no período de janeiro a junho, de acordo com informações da Abal.

O levantamento foi feito com base em dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Serviços (Mdic) divulgados na semana passada. Chapas e folhas representam, em volume, quase 41% do total de produtos acabados vendidos por empresas brasileiras a clientes dos EUA.

A principal fabricante exportadora de alumínio laminado é a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa controlada pelo grupo Votorantim. Procurada, a empresa não se manifestou sobre o impacto das tarifas em seus negócios. Esse segmento em que atua a companhia (chapas e folhas) representou 40,7% do volume total exportado pelo País de produto laminado. Em valor, 39%.

Conforme a Abal, nos embarques totais de produtos de alumínio ao mercado americano, a queda foi de 24,7% em volume, bem como em valor, que somou US\$ 136 milhões. No mesmo período de 2024, quando havia uma tarifa de apenas 10% — definida em 2018 pela Seção 232, também por Trump —, o montante atingiu US\$ 173 milhões.

As vendas para os EUA, com o novo cenário tarifário instaurado por Trump, na comparação semestre a semestre, tiveram participação reduzida de 21,4% para 17,3% do total das vendas externas do País de produtos transformados de alumínio. Na comparação anual, o valor atingiu US\$ 752 milhões neste ano.

Medidas emergenciais e defesa comercial

“Essa retração nas exportações já reflete a nova escalada tarifária dos EUA sobre o alumínio brasileiro em um contexto de crescente instabilidade nos mercados internacionais, marcado por disputas comerciais, reestruturações geopolíticas e desafios sistêmicos para a indústria de base em todo o mundo”, disse ao Estadão, em nota, a presidente executiva da Abal, Janaina Donas.

Para Donas, diante disso, o momento exige mais do que reações pontuais. “É necessário um duplo movimento: por um lado, cautela e calibração na adoção de medidas emergenciais de mitigação — fortalecer instrumentos de defesa comercial e ajustes tarifários para coibir práticas desleais e desvios de comércio —, por outro, visão estratégica para reposicionar o Brasil na nova geografia da cadeia global do alumínio, com base em suas vantagens competitivas estruturais.”

O Brasil é o oitavo maior produtor mundial de alumínio primário, com mais de 1 milhão de toneladas no ano passado. Em bauxita (minério de onde se extrai o metal) ocupa a quarta posição global e em alumina (etapa de refino do minério) se destaca em terceiro lugar. Cerca de 60% da fabricação de transformados, como perfis, chapas e peças fundidas, é feito com uso de sucata de alumínio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/07/2025

TARCÍSIO SE REÚNE COM CHEFE DA EMBAIXADA DOS EUA SOBRE TARIFA: 'RESPONSABILIDADE É DE QUEM GOVERNA'

Em meio a embate com governo Lula, governador de SP esteve em Brasília e afirmou que irá 'abrir diálogo com as empresas paulistas' para buscar soluções

Por Geovani Bucci (Broadcast)

BRASÍLIA -O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta sexta-feira, 11, que se reuniu com o encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, em Brasília. Ele afirmou, no X (antigo Twitter), que "a responsabilidade é de quem governa" e que vai abrir diálogo com as empresas paulistas sobre a tarifa.

"Conversamos sobre as consequências da tarifa para a indústria e o agronegócio brasileiro, além dos impactos para as empresas americanas", escreveu Tarcísio. "Vamos abrir diálogo com as empresas paulistas, lastreado em dados e argumentos consolidados, para buscar soluções efetivas."



O governador de SP, Tarcísio de Freitas
Foto: Pablo Jacob/Governo do Estado de SP

São Paulo é o Estado que mais perde caso o presidente Donald Trump cumpra sua promessa de taxar em 50% as exportações brasileiras a partir do dia 1º de agosto. Dos cerca de US\$ 40,3 bilhões que o Brasil vendeu para os Estados Unidos, São Paulo respondeu por um terço do total, segundo levantamento da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

"É preciso negociar. Narrativas não resolverão o problema. A responsabilidade é de quem governa", afirmou Tarcísio na publicação desta sexta-feira.

O encarregado de negócios Gabriel Escobar, chefe da embaixada dos Estados Unidos em Brasília, foi convocado duas vezes pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quarta-feira. Primeiro, para explicar o posicionamento da embaixada em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, ele foi convocado a explicar a "veracidade" da carta de Trump anunciando a tarifa de 50% aos produtos brasileiros. Escobar é a principal autoridade do governo americano no País desde janeiro, quando a ex-embaixadora Elisabeth Bagley voltou aos EUA. Trump nunca indicou seu novo representante.

Disputa política pela 'culpa' do tarifaço

Após responsabilizar o governo pelo anúncio de tarifaço, Tarcísio recebeu críticas de Lula e de ministros do governo. Segundo as mais recentes pesquisas, Lula e Tarcísio aparecem empatados nos cenários para a Presidência em 2026.

Na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governador "errou muito" ao responsabilizar o governo brasileiro pela tarifa anunciada por Trump. "Ou uma pessoa é candidata a presidente ou é candidata a vassalo, e não há espaço no Brasil para vassalagem", disse o ministro.

Para Haddad, o anúncio de Trump representa um golpe contra a soberania nacional, articulado por "forças extremistas" de dentro do País. Segundo o ministro, entretanto, a direita vai ter que reconhecer mais cedo ou mais tarde que deu um "enorme tiro no pé", já que a medida prejudica exportações de empresas e produtores do Estado de São Paulo, governado pelo aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Tarcísio rebateu a declaração, afirmando que Haddad “deveria cuidar da economia”. “Se estivesse cuidando, talvez o Brasil estivesse indo melhor”, disse o governador. “A gente tem um problema fiscal sério. Então, cabe a ele falar menos e trabalhar mais.”



Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, ao lado do ministro Fernando Haddad (Fazenda)
Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Economia

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também criticou Tarcísio pelo posicionamento sobre a tarifa e reforçou o prejuízo para o Estado. “Lamento que o governador de São Paulo defenda uma tarifa de 50%, imposta pelo governo dos EUA, que, a partir de 1.º de agosto, penalizará a indústria e a agroindústria paulista, em vez de defender a população do seu Estado e do Brasil como nação”, disse Rui Costa, em publicação no X nesta quinta.

O governador de São Paulo não defendeu explicitamente a tarifa imposta por Trump, mas culpou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela medida.

“Lula colocou sua ideologia acima da economia, e esse é o resultado. Tiveram tempo para prestigiar ditaduras, defender a censura e agredir o maior investidor direto no Brasil. Outros países buscaram a negociação. Não adianta se esconder atrás do Bolsonaro. A responsabilidade é de quem governa. Narrativas não resolverão o problema”, afirmou Tarcísio nas redes sociais na noite de quarta.

Rui Costa disse, ainda, que “é curioso” o fato de Tarcísio “liderar a maior economia do País e, ao mesmo tempo, apoiar medidas que encarecem produtos e prejudicam a economia nacional”. Para o ministro da Casa Civil, “a atitude do presidente Trump mina a competitividade dos produtos que sustentam milhares de empregos em São Paulo”, Estado governado por Tarcísio.

“Liderança, governador, se exerce com coragem. É compreensível que queira agradar ao ex-presidente a quem serviu como ministro, mas quem valoriza São Paulo não apoia medidas absurdas, ilegais e imorais impostas por estrangeiros”, complementou o ministro.

A estratégia do governo Lula é associar ao máximo possível a tarifa prometida por Trump ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), um dos filhos do ex-presidente, chegou a compartilhar nas redes sociais uma imagem agradecendo Trump pela tarifa.

“A única explicação plausível para o que foi feito ontem (quarta) é porque a família Bolsonaro urdiu esse ataque ao Brasil, com um objetivo específico, que é escapar do processo que está em curso, do processo judicial que está em curso”, disse Haddad, em referência ao julgamento de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal por tentativa de golpe de Estado.

“A única explicação é de caráter político envolvendo a família Bolsonaro. Isso não é uma acusação infundada que eu estou fazendo”, acrescentou o ministro, citando declarações do Eduardo Bolsonaro de que as coisas podem piorar se o pai não tiver o perdão. Segundo Haddad, Eduardo está nos Estados Unidos “conspirando contra o Brasil”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/07/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

TARIFA DE 50% "INVIABILIZA" R\$ 14,4 BI EM EXPORTAÇÕES DE ESTADOS "ONÇAS BRASILEIRAS", DIZ ESTUDO

Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são responsáveis por 36% dos embarques nacionais para os EUA

Por Marcelo Osakabe, Valor — São Paulo



Complexo portuário de Vitória (ES) — Foto: Reprodução/Vports Mais recente Próxima Ref

Se efetivada, a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, 'praticamente inviabiliza' R\$ 14,4 bilhões em exportações dos chamados Estados 'onças brasileiras', responsáveis por 36% dos embarques nacionais aos EUA. Para alguns ramos da economia desses Estados, isso significará uma interrupção quase completa de toda a atividade exportadora.

É o que mostra um estudo a partir de dados da Secex feito pela Futura/Apex Partners, grupo financeiro que trabalha no desenvolvimento de mercados regionais e tem R\$ 14 bilhões sob gestão e custódia.

São números pequenos dentro do universo das exportações brasileiras. O país exportou US\$ 337 bilhões em 2024, dos quais US\$ 40,4 bilhões para os EUA, ou 12%. Ainda assim, é um valor relevante para esses Estados, que respondem por pouco mais de um terço desse total.

"Na nossa análise, a gente conclui que dado a dimensão da tarifa que foi imposta, que é de 50%, praticamente inviabiliza ou inviabiliza as exportações brasileiras para aquele país. Por exemplo: no caso carne bovina, que afeta basicamente Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, mas também Goiás, o preço da arroba de carne que hoje está em torno de US\$ 5,5 mil passaria a quase US\$ 9 mil", resume Orlando Caliman, diretor econômico da Futura. "Nenhum importador americano conseguiria viabilizar uma compra dessa dimensão."

Inspirado pelos tigres asiáticos do final do século XX, o termo 'onças brasileiras' tem sido promovido pela Apex para designar oito Estados - Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que se consolidaram nos últimos anos como novos motores da economia nacional.

Apesar de responderem por uma fatia considerável das exportações brasileiras aos EUA, de 36%, sua dependência do que é vendido para lá é menor, de 9% em média, contra 12% do país como um todo. Há, no entanto, variações relevantes entre estados. Enquanto o Espírito Santo destina 28,6% de tudo o que exporta para o mercado americano, o Mato Grosso embarca 1,5%.

Esse conjunto de Estados também responde por parte relevante ou até a quase totalidade das exportações para os Estados Unidos de alguns produtos da pauta brasileira. Do total de US\$ 1,9 bilhão em vendas de café do Brasil para os EUA em 2024, US\$ 1,7 bilhão (89%) veio das "onças". Minério de ferro (96,8%), celulose (64,8%) e carnes bovinas (73,8%) também estão entre os produtos com notável participação nas exportações brasileiras desses países.

Olhando para dentro dos estados, o choque potencial também pode ser relevante caso as tarifas não sejam renegociadas. O Espírito Santo exportou US\$ 1,1 bilhão em ferro manufaturado e aço para os EUA no ano passado, o equivalente a 37,1% de sua pauta exportadora para aquele país. Uma interrupção completa das vendas de carnes bovinas tiraria 40,8% da receita de exportação de Goiás, 42,1% do Mato Grosso do Sul e 46,2% do Mato Grosso advinda dos Estados Unidos.

"A inviabilização do comércio com os Estados Unidos não só levará a questionamentos por parte de empresas, empresários e da sociedade brasileira, mas também dentro dos Estados Unidos, porque lá você tem empresas que têm relacionamentos com o Brasil em relações intraempresas", pondera Caliman, em referências às multinacionais que dependem do Brasil para produzir ou processar insumos que serão usados nos EUA.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/07/2025



AGÊNCIA BRASIL - DF

LULA: GOVERNO VAI RECORRER À OMC CONTRA TARIFAS DOS ESTADOS UNIDOS

Brasil vai articular com outros países ação contra taxas de Trump

Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira (10), em entrevista à Record TV, que o governo federal vai abrir uma reclamação oficial à Organização Mundial do Comércio (OMC), para tentar reverter as tarifas de 50% sobre exportações de produtos comerciais aos Estados Unidos, anunciada ontem por Donald Trump. Caso não haja sucesso, no entanto, o país adotará retaliações proporcionais, garantiu o presidente brasileiro.

"Não tenha dúvida que, primeiro, nós vamos tentar negociar. Mas, se não tiver negociação, a Lei da Reciprocidade será colocada em prática. Se ele vai cobrar 50% de nós, nós vamos cobrar 50% dele", reforçou o presidente.

A ideia de Lula é que o recurso à OMC seja articulado com outros países que também estão sendo taxados pelos Estados Unidos (EUA).

"Dentro da OMC, você pode encontrar um grupo de países que foram taxados pelos EUA. Tem toda uma tramitação que a gente pode fazer. Se nada disso der resultado, vamos ter que fazer [de acordo com] a Lei da Reciprocidade", acrescentou.

A lei brasileira citada pelo presidente foi sancionada em abril e estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.

Apoio a empresas

Lula destacou que abrirá um comitê, com participação dos empresários que exportam aos EUA, para analisar o novo cenário comercial com os americanos.



"Não vou dizer um gabinete de crise, vou dizer um gabinete de repensar a política comercial brasileira com os EUA", pontuou.

O presidente prometeu apoiar o setor empresarial e se empenhar para fazer com que os produtos do Brasil que deixarão de ser vendidos aos EUA sejam comprados por outros países.

"Vamos ter que proteger [o setor produtivo], vamos ter que procurar outros parceiros para comprar nossos produtos. O comércio do Brasil com os EUA representa 1,7% do PIB [Produto Interno Bruto]. Não é essa coisa de que a gente não pode sobreviver sem os EUA. Obviamente que nós queremos vender".

Respeito e soberania

Em um trecho da entrevista, publicado em suas redes sociais, Lula voltou a cobrar respeito de Trump e criticou a forma como a carta foi divulgada, antes mesmo de chegar ao destinatário de forma oficial.

"O Brasil é um país que não tem contencioso de ninguém. Aqui, tudo se resolve numa conversa. Achei que a carta do presidente Trump era um material apócrifo. Não é costume você ficar mandando correspondência para outro presidente através do site do presidente da República", criticou.

Lula lembrou da bicentenária relação diplomática de Brasil e EUA e destacou ter se dado bem com todos os demais líderes norte-americanos com que se relacionou nas últimas duas décadas.

"O Brasil tem 201 anos de relação com os Estados Unidos. Uma relação diplomática virtuosa, uma relação de benefício para ambos os lados. Eu me dei bem com todos os presidentes. Me dei bem com o Clinton, com o Bush, com o Obama, com o Biden. O Brasil é um país de conversa".

Sobre os termos da carta de Trump, o presidente brasileiro voltou a rebater que haja algum tipo de disparidade comercial entre os países, já que os EUA obtêm superávits comerciais com Brasil há pelo menos 15 anos.

Quanto à exigência de Trump de impedir que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja julgado pelo crime de tentativa de golpe de Estado, Lula disse que o Poder Judiciário é independente.

"Eu não me meto no Poder Judiciário porque aqui o Judiciário é autônomo", disse.

"O que não pode é ele pensar que ele foi eleito para ser xerife no mundo. Ele pode fazer o que ele quiser dentro dos EUA. Aqui, no Brasil, quem manda somos nós, brasileiros", continuou o presidente.

Lula ainda responsabilizou Bolsonaro pela penalização ao comércio brasileiro. "O ex-presidente da República deveria assumir a responsabilidade, porque ele está concordando com a taxaçoão do Trump ao Brasil. Aliás, foi o filho dele que foi lá fazer a cabeça do Trump".

O presidente se referiu ao deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, que está morando nos Estados Unidos.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 11/07/2025

TARIFAÇÃO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO PEDEM MAIS DIPLOMACIA E MENOS IDEOLOGIA

Entidades de todo o país reagiram à taxaçoão imposta pelos EUA

Por Agência Brasil - São Paulo - Indústrias© Wilson Dias/Agência Brasil

O anúncio de tarifas da ordem de 50% para importação de produtos brasileiros pelos Estados Unidos (EUA), feito na quarta-feira (9) pelo presidente Donald Trump, repercutiu entre entidades empresariais brasileiras que, em linhas gerais, pedem mais diplomacia e menos ideologia.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) considerou a decisão do presidente estadunidense o resultado de um “embate” entre Trump e o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem argumentos que a justifiquem.

“[A decisão] ultrapassa os limites da diplomacia ao utilizar a questão tarifária como instrumento de disputa pessoal e ideológica”, diz nota da entidade.



“Faltam argumentos concretos em favor dos EUA para uma tarifa de 50% nas importações do Brasil.”

A entidade lembrou que a justificativa de Trump de que a balança comercial entre os dois países é desfavorável aos Estados Unidos não procede.

“Apenas na última década o superávit a favor deles foi de US\$ 91,6 bilhões no comércio de bens. E se incluído o comércio de serviços, o superávit dos EUA chega aos US\$ 256,9 bilhões”.

Horas após a carta de Trump, o presidente Lula defendeu a soberania do país e disse que o tarifaço de Trump será respondido com a Lei de Reciprocidade Econômica.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou o que seriam “razões não econômicas” para a quebra de um regramento comercial e direito internacional”.

A entidade sediada na Avenida Paulista destacou ainda que a “soberania nacional é inegociável”, entendendo que o momento pede negociação.

“Com serenidade, a partir de fatos e estatísticas verdadeiras, é de interesse comum às empresas brasileiras e americanas, que sempre foram bem-vindas ao Brasil.”

Também em nota e na mesma linha, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) defendeu a via diplomática para dirimir conflitos e chegar a uma conclusão.

“A Firjan defende a intensificação da atuação diplomática e paradiplomática em diversos níveis para construção de uma solução negociada.”

A entidade do Rio de Janeiro também destacou o histórico da relação diplomática bilateral entre os dois países.

“Brasil e Estados Unidos mantêm um longo histórico de relações mutuamente benéficas, parcerias econômicas e industriais salutares e voltadas para a promoção dos negócios.”

Especificamente para a situação do Rio de Janeiro, a Firjan lembrou que os Estados Unidos são um parceiro estratégico do estado e um importante “player” na balança comercial, “investindo em importantes setores da economia fluminense como energia, bens manufaturados e os de alto valor agregado”.

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) é necessário diálogo com “serenidade e responsabilidade” nas relações comerciais internacionais.

“A Fiemg entende que eventuais medidas de retaliação devem ser avaliadas com cautela, uma vez que podem trazer prejuízos significativos à sociedade brasileira e ao setor produtivo como um todo. Este é o momento de reavaliar posicionamentos, reconsiderar decisões e buscar soluções por meio do diálogo com esse parceiro estratégico”, concluiu o comunicado da entidade mineira.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) também citou a diplomacia e a importância de se acionarem canais diplomáticos e institucionais “para restabelecer o ambiente de confiança e previsibilidade que sempre caracterizou a relação bilateral” entre o Brasil e os Estados Unidos.

“Medidas unilaterais e intempestivas não servem aos interesses dos brasileiros ou dos estadunidenses, que compartilham valores democráticos, forte intercâmbio comercial e cultural, e aspirações comuns de desenvolvimento econômico e social”, complementou o comunicado.

A Associação Brasileira de Rochas Naturais (Centrorochas) demonstrou preocupação com a desvantagem competitiva que o Brasil enfrentará frente a outros fornecedores internacionais com tarifas inferiores, e citou Itália, Turquia, Índia e China.

“A Centrorochas está monitorando a situação e dialogando com autoridades brasileiras e parceiros institucionais para buscar soluções que minimizem os impactos da medida, assegurem a previsibilidade das relações comerciais e preservem o espaço do Brasil no mercado norte-americano”, finalizou a nota da entidade.

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham) considerou que as medidas dos Estados Unidos tem potencial para causar impactos severos sobre empregos, produção, investimentos e cadeias produtivas integradas entre os dois países.

“A Amcham Brasil — que há mais de um século atua pelo fortalecimento dos laços econômicos entre os dois países — conclama os governos a retomarem, com urgência, um diálogo construtivo. Reiteramos a importância de uma solução negociada, fundamentada na racionalidade, previsibilidade e estabilidade, que preserve os vínculos econômicos e promova uma prosperidade compartilhada.”

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) classificou como “inadmissível” a decisão de Trump e ressaltou que ela fere os “princípios elementares” do comércio internacional e penaliza empresas comprometidas com o crescimento econômico do país.

Como as demais, a entidade do setor de comércio e serviços apelou para a necessidade de diálogo entre os dois países.

“A FecomercioSP considera inadmissível que decisões estratégicas e de alto impacto sejam tomadas à margem do diálogo diplomático e da construção de consensos. A ruptura de pontes comerciais não apenas compromete as cadeias produtivas, como também deteriora o ambiente de confiança entre nações e a disposição das empresas para investir, gerar valor e ampliar trocas no mercado internacional”.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) apontou o que seria a “falta de assertividade e visão da diplomacia brasileira em antecipar e negociar medidas que afetam diretamente setores estratégicos da economia nacional”, sem criticar a postura unilateral dos Estados Unidos.

“Há espaço para que o governo consiga se articular, por meio do seu corpo diplomático, de técnicos de ministérios estratégicos, como da Agricultura e Agropecuária e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e executivos de empresas que tenham forte representação no território

nacional. Entendo que o confronto levará a prejuízos incalculáveis para a Nação”, completou a nota da entidade.

A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) também criticou o unilateralismo da decisão do presidente dos Estados Unidos.

“A medida, comunicada de forma unilateral, representa um grave retrocesso nas relações comerciais entre os dois países que pode gerar impactos extremamente negativos e relevantes para toda a cadeia produtiva do café brasileiro, comprometendo a competitividade das exportações e pressionando os custos operacionais em um momento de reorganização do mercado global”.

A entidade ressaltou que os Estados Unidos são o maior consumidor de café do mundo: “E dependem dos países produtores de café, como o Brasil, para abastecer seu mercado interno. Apostamos muito na diplomacia do nosso país”.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 11/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

AEB ESPERA QUE DIPLOMACIA LEVE À SUPERAÇÃO DE IMPASSE ENTRE BRASIL E EUA

Por Nelson Moreira Portos e logística 11/07/2025 - 18:33



José Augusto Castro acredita em recuo de Trump sobre tarifas de 50%, mas teme que taxaço sobre produtos importados do Brasil permaneça alta para alguns segmentos após negociações

O presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, disse nesta sexta-feira (11) acreditar que a diplomacia é o melhor canal para contornar a crise política entre os governos brasileiro e americano por causa do anúncio de tarifas de 50% dos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros a partir de 1º de agosto.

Ele afirmou à Portos e Navios que ainda é cedo para avaliar o cenário, já que as medidas norte-americanas foram tornadas públicas na quarta-feira (9), mas espera que as negociações evoluam até 31 de julho e que consigam reverter ou reduzir os prejuízos que seriam causados ao comércio exterior brasileiro se a taxaço for mantida em nível tão elevado. “Muita coisa vai acontecer nos bastidores”, previu.

Castro revelou que, apesar de o correto ser o cancelamento das sobretaxas, porque não refletem decisões técnicas, não está otimista de que as tarifas sejam mantidas no patamar atual, de 10% para a maioria dos produtos, e debitou isso à questão política e à intempestividade do presidente americano. A expectativa do presidente da AEB é de que Trump recue um pouco, mas previu que, mesmo com algum recuo, a cobrança sobre o que os Estados Unidos compra do Brasil não deve ficar abaixo de 30% para alguns segmentos. “Acredito em algo entre 30 e 40%”, disse.

Para Castro, também do lado brasileiro os políticos deveriam sair do protagonismo e deixar a negociação para os diplomatas e setores técnicos, porque, em disputas políticas, as interpretações podem piorar o cenário. “O presidente Luiz Inacio Lula da Silva não deveria ter falado nada. Esse é assunto para diplomatas”, afirmou.

O presidente executivo da AEB classificou como 'sem nenhum respaldo técnico' as tarifas anunciadas por Trump, que só devem adotadas contra países inimigos ou com problema graves, o que não é o caso do Brasil. Mas disse temer que as ações do governante americano causem danos colaterais ao país, com parceiros comerciais ficando temerosos de comprar produtos brasileiros e sofrer retaliações americanas, lembrando a ameaça de sobretaxar quem negociar com os membros dos BRICS.

Castro disse que o presidente dos Estados Unidos nada fez de bom desde que tomou posse e que suas ações intempestivas sem respaldo técnico e intromissões no comércio com países e blocos econômicos criam instabilidade, imprevisibilidade e prejuízos a todos, lembrando, entre outras, o esvaziando da Organização Mundial do Comércio (OMC), hoje inoperante. "Ele destruiu a OMC e se mete em qualquer país", comentou.

Para o presidente executivo da AEB, o governante americano usa o poder econômico dos Estados Unidos para tentar se impor e que, com medo de sofrer sanções, quase todos, inclusive blocos como a União Europeia, não reagem. Segundo Castro, o único país que tem capacidade de reagir às ações de Trump é a China, como demonstrado na recente disputa de tarifas que terminou, por enquanto, com um acordo.

Ele acredita, no entanto, que pressões internas nos Estados Unidos, principalmente de setores que dependem muito da importação de produtos brasileiros podem influenciar em recuos de Trump e citou como exemplo o café e o suco de laranja. Castro afirmou que, se as tarifas forem mantidas nesses segmentos, elas impactarão nos preços aos consumidores e gerarão protestos deles, inclusive nas redes sociais, que têm grande poder de repercussão.

Mas, mesmo se houver negociação que reduza o patamar das tarifas que serão cobradas, ele admite que exportações brasileiras perderão vendas para os Estados, entre eles os de aviação, com a Embraer, de soja, de minério e de petróleo. E, para Castro, não será fácil destinar os produtos a outros mercados em curto período.

O presidente executivo da AEB disse temer que as instabilidades causadas pelas ações do presidente perdurem por todo o tempo de mandato que lhe resta, porque ele age por impulso e não baseado em estudos e recomendações técnicas. "É difícil mudar a cabeça do Trump", concluiu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/07/2025

REBOCADOR ELÉTRICO 'TRAPANANDA' INICIA OPERAÇÕES NO CHILE

Da Redação Indústria naval 11/07/2025 - 17:17



A multinacional de matriz chilena Saam iniciou a operação do primeiro rebocador elétrico da América Latina. O Trapananda vai apoiar as manobras de atração e desatração da estatal Empresa Nacional de Petróleo do Chile (Enap) no Porto de Chacabuco, na região de Aysén, na Patagônia chilena. Com 25 metros de comprimento e 13 de largura, a embarcação tem capacidade de tração a um ponto fixo de mais de 70 toneladas, permitindo auxiliar grandes embarcações em condições portuárias desafiadoras.

O rebocador é equipado com dois propulsores azimutais elétricos de 2.100 kW cada, alimentados por uma bateria de íons de lítio de 3.616 kWh, distribuídos em dois compartimentos e foi construído pelo estaleiro Sanmar, na Turquia. As baterias, monitoradas remotamente pelo fabricante na Noruega, têm vida útil estimada de 10 anos. O barco será operado por uma equipe local da Saam treinada em manobras de alta precisão.

O Trapananda é o terceiro barco elétrico de sua frota de rebocadores — os outros dois operam no Canadá. O nome é uma homenagem ao antigo nome pelo qual era conhecida a Patagônia Chilena, região coberta por densas selvas. A Saam atua em 100 portos de 12 países das Américas e é uma das principais empresas do mundo em serviços de apoio a manobras de atracação e desatracação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/07/2025

COMISSÃO ESPECIAL DA NOVA LEI DOS PORTOS TERÁ AUDIÊNCIA DIA 6 DE AGOSTO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 10/07/2025 - 22:03



Deputado Arthur Oliveira Maia (União/BA) foi designado relator da comissão, que terá prazo de 5 sessões para apresentação de emendas

A Câmara dos Deputados instalou, na última quarta-feira (9), a comissão especial para discutir o projeto de lei do novo marco regulatório do setor portuário (PL 733/2025). A proposta é de autoria do deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA) e replica o anteprojeto aprovado em 2024 por uma comissão de juristas criada pela Câmara, que sugeriu a revisão do atual marco regulatório (Lei 12.815/2013). O deputado Arthur

Oliveira Maia (União/BA) foi designado relator da comissão, presidida pelo deputado Murilo Galdino (Republicanos/PB). Uma reunião foi convocada para o próximo dia 6 de agosto para apresentação do plano de trabalho do relator e deliberação de requerimentos.

O anúncio da criação da comissão especial para discutir o tema foi feito em maio deste ano pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Uma das principais mudanças propostas no PL 733/25 está relacionada ao licenciamento ambiental integrado dos portos públicos, o que dispensará as licenças individualizadas para a instalação de terminais portuários e de cruzeiros. O texto fala em reduzir a burocracia, estimular a livre iniciativa e aumentar a competitividade do setor.

O texto também estabelece que os preços a serem praticados pelos terminais dos portos serão negociados livremente, desde que respeitadas as normas concorrenciais. Atualmente, as tarifas portuárias são estabelecidas ou supervisionadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Em relação à mão de obra, o PL propõe o fim da exclusividade do órgão gestor de mão de obra (Ogmo) na contratação de trabalhadores avulsos, liberando operadores privados a contratar trabalhadores certificados, o que permitirá que esses trabalhadores atuem em qualquer porto do país.

O texto amplia poderes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), incluindo a concessão de terminais privados e a regulação de terminais retroportuários, além de prorrogar por até 70 anos contratos de arrendamento vigentes e de autorizar contratos de transição para uso de áreas portuárias até a conclusão de outorgas.

O PL também prevê novas atribuições para os conselhos de autoridade portuária (CAPs), incluindo sabatina de indicados à diretoria, bem como a criação de uma câmara de autorregulação para resolver disputas entre atores portuários. A proposição prevê ainda a implantação da janela única aquaviária, sistema digital para procedimentos portuários.

O presidente da comissão especial explicou que, como o projeto de lei estava sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões e tramitava pelo regime ordinário, o prazo inicial da nova comissão será de 40 sessões plenárias para proferir seu parecer, contadas a partir do dia de sua instalação. Galdino informou ainda que haverá prazo de 5 sessões para apresentação de emendas na Comissão Especial, com início a partir da primeira sessão após o recesso parlamentar. O parlamentar

acrescentou que as 491 emendas apresentadas na Comissão do Trabalho (CTRAB) permanecem válidas e serão analisadas pela comissão especial, não sendo necessário apresentá-las novamente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025

BTG VÊ RISCO BAIXO PARA ECONOMIA BRASILEIRA COM AUMENTO DE TARIFAS

Da Redação Portos e logística 10/07/2025 - 20:21



Analistas do banco de investimentos BTG Pactual acreditam que o impacto direto sobre a economia brasileira tende a ser limitado se forem mesmo adotadas as tarifas de 50% sobre produtos brasileiros anunciados pelo presidente americano, Donald Trump, porque as exportações brasileiras para os Estados Unidos, representam apenas 12% do total enviado ao exterior, ou cerca de 1,7% do PIB. Mas destacam que as consequências políticas podem ser mais profundas. A conclusão faz parte de relatório divulgado nesta

quinta-feira (10), um dia após o anúncio do governante americano.

Segundo o estudo, assinado por Carlos Sequeira, Leonardo Correa e outros analistas sêniores do banco, caso as tarifas não sejam revertidas, o superávit comercial brasileiro pode cair US\$ 7 bilhões em 2025 e US\$ 13 bilhões em 2026, mesmo com parte das exportações sendo redirecionadas a outros mercados.

Mas os impactos não serão uniformes. O BTG alerta que setores com forte dependência do mercado norte-americano, como aviação, papel e celulose, materiais de construção e madeira, devem sentir os efeitos mais fortes. Uma das empresas mais prejudicadas deve ser a Embraer, que tem aproximadamente 60% de suas vendas voltadas aos EUA.

Os jatos executivos Praetor, montados no Brasil, podem ser diretamente afetados. Já os jatos Phenom, fabricados na Flórida, teriam impacto menor. O BTG estima que uma tarifa de 50% pode reduzir as margens da empresa, tornando mais provável a revisão de suas projeções para os próximos anos. Já para a fabricante WEG, gigante industrial brasileira, a preocupação deve ser com os transformadores e motores exportados aos Estados Unidos, que representam cerca de 30% das vendas no país. A empresa pode considerar alternativas, como ampliar a produção local ou transferir parte das operações para o México.

A Suzano, que tem cerca de 19% de sua receita oriundos de exportação ao mercado norte-americano, prevê o estudo, terá dificuldades para redirecionar o volume exportado. Com a demanda global por celulose ainda fraca, será um desafio para a empresa e para o setor buscar novos mercados em curto prazo, ainda que os preços atuais estejam próximos de um piso.

Segundo os analistas, há setores que devem passar praticamente ilesos. Petróleo e derivados, por exemplo, seguem isentos segundo ordens executivas anteriores, a Petrobras destina apenas 4% de seu petróleo bruto aos Estados Unidos e esse volume, prevê o estudo do BTG, poderia ser facilmente exportado para outros países. Os economistas do banco avaliam que o setor siderúrgico também não deve ser impactado pelas novas medidas, já que produtos como placas de aço são taxados acima de 50% desde 2018.

Os analistas BTG argumentam que, apesar de a tarifa tornar inviável a exportação de carne bovina aos Estados Unidos, a maioria das empresas do setor tem baixa dependência do mercado americano, com destaque para Marfrig (2% da receita) e Minerva (5%). A Jalles Machado, que exporta açúcar orgânico para os americanos, pode, segundo eles, ter perda, embora isso represente atualmente algo em torno de 5% de sua receita.

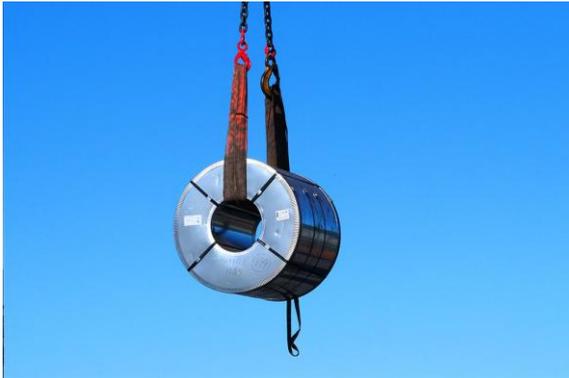
Para o BTG, as implicações políticas da medida podem ser mais duradouras que os impactos econômicos imediatos. O banco avalia que a postura de Trump fortalece o presidente Luiz Inácio Lula da Silva internamente, permitindo que ele se posicione como defensor da soberania brasileira contra uma tentativa de intervenção estrangeira, o que pode levar a uma guerra tarifária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025

SETOR PRODUTIVO E EXPORTADORES REAGEM A 'TARIFAÇÃO' DE TRUMP

Por Nelson Moreira Portos e logística 10/07/2025 - 19:35



Entidades destacaram que medida não se justifica, pelo histórico de 200 anos de relações comerciais entre Brasil e EUA, e esperam que haja consenso entre os dois países via esfera diplomática

O aumento, a partir de 1º de agosto, para 50% das tarifas sobre os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos, anunciado na última quarta-feira (9) pelo presidente norte-americano, Donald Trump, motivou a reação imediata de setores produtivos e ligados ao comércio exterior brasileiro. Em nota divulgada ontem, a Confederação da Agricultura e

Pecuária do Brasil (CNA) informou que acompanha com atenção a decisão americana e disse que a medida foi unilateral não se justifica, pelo "histórico das relações comerciais entre os dois países, que sempre se desenvolveram em clima de cooperação e de equilíbrio, em estrita conformidade com os melhores princípios do livre comércio internacional".

No documento, a entidade afirma que o aumento das tarifas prejudica as economias dos dois países, causando danos a empresas e consumidores. E que "qualquer análise das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, seja no campo no comércio ou dos investimentos, terá sempre que concluir que essas relações sempre serviram aos interesses dos dois países, não havendo nelas qualquer desequilíbrio injusto ou indesejável".

A CNA ressaltou que Estados Unidos e o Brasil, em 200 anos de relações, sempre estiveram do mesmo lado e não há qualquer razão para que essa situação se modifique. E que "os produtores rurais brasileiros consideram que essas questões só podem ser resolvidas em benefício comum por meio do diálogo incessante e sem condições entre os governos e seus setores privados" e que "a economia e o comércio não podem ser injustamente afetados por questões de natureza política". A confederação acrescenta que ainda tem esperança de que os canais diplomáticos sejam acionados e que a razão e o pragmatismo se imponham para benefício de todos.

Também em nota divulgada ontem, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) diz ter recebido "com indisfarçáveis surpresa e indignação" a notícia de aumento para 50% da tarifa de importação dos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros. A AEB classifica as medidas anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos como uma ameaça não só aos exportadores, mas à toda a economia do Brasil, ponderando que tem esperança de que o bom senso prevalecerá e a taxação será revertida.

O presidente executivo da entidade, José Augusto de Castro, classificou a medida como política e previu que haverá grande impacto econômico. "É certamente uma das maiores taxações a que um país já foi submetido na história do comércio internacional, só aplicada aos piores inimigos, o que nunca foi o caso do Brasil", afirmou. Segundo Castro, além das repercussões no comércio com os Estados Unidos, o anúncio feito por Donald Trump pode criar imagem negativa do Brasil e gerar em importadores de outros países medo de fechar negócios com as empresas brasileiras por temer represálias do governo americano. "Afinal, quem vai querer se indispor com o presidente Trump?", questionou.



O diretor geral do Conselho de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, disse que a entidade acompanha com muita atenção as discussões sobre as tarifas anunciadas pelos Estados Unidos, mas ressaltou que existe uma agenda positiva com a National Coffee Association, com membros dessa associação junto à administração do presidente Donald Trump, e que está esperançoso em uma solução que garanta uma condição adequada para o comércio de café do Brasil para os Estados Unidos. “Estamos na esperança de que o bom senso prevaleça, porque sabemos que quem vai ser onerado é o consumidor americano”, disse.

Matos explicou que os Estados Unidos são o maior consumidor de café no mundo, com 24 milhões de sacas por ano, que o Brasil é o maior fornecedor para aquele país, respondendo por 30% desse total, e que as tarifas atuais estão em 10%. Além disso, assegurou que o café importado pelos americanos gera muita riqueza para eles, na industrialização. “Para cada um dólar de café importado, são gerados 43 dólares na economia americana. São 2,2 milhões de empregos e 343 bilhões de dólares, correspondentes a 1,2% do PIB dos Estados Unidos”, informou Matos.

Segundo o diretor geral do Cecafé, 76% dos americanos consomem café e serão eles os mais prejudicados se as tarifas de 50% passarem a ser cobradas a partir de agosto, como anunciou Trump. “Tudo que gera impactos ao consumo é ruim para o fluxo do comércio, para a indústria e para o desenvolvimento dos países, produtores e consumidores”, afirmou.

Outra entidade que se manifestou em nota foi a Associação Brasileira de Rochas Naturais (Centrorochas), que considerou que a medida acendeu um sinal de alerta para o equilíbrio das relações comerciais com o Brasil, atingindo diretamente o setor de rochas naturais brasileiros, que tem nos Estados Unidos seu principal destino e que para lá foram, em 2024, 56,3% de exportações do setor, gerando receita de 711 milhões de dólares.

A associação entende que, se for confirmada a nova alíquota, o Brasil ficará em desvantagem frente a concorrentes, como Itália, Turquia, Índia e China, que pagariam taxas menores. A elevação das tarifas, segundo a Centrorochas, ameaça mais de 200 empresas exportadoras de rochas brasileiras e uma cadeia que gera cerca de 480 mil empregos diretos e indiretos no país.

Também a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) manifestou em nota preocupação com aumento das tarifas cobradas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, que classificou de “medida extremamente severa, tomada com base em interesses político-partidários internos e que rompe com os princípios fundamentais que regem o comércio internacional”.

No documento, o Findes afirma ainda que decisões unilaterais “comprometem a previsibilidade das relações comerciais, criam instabilidade nos mercados e colocam em risco cadeias produtivas inteiras, com reflexos diretos no emprego, na arrecadação e no crescimento econômico”. Segundo a associação, os setores mais prejudicados no Espírito Santo seriam os de aço, rochas ornamentais, papel e celulose, minério e café.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/07/2025